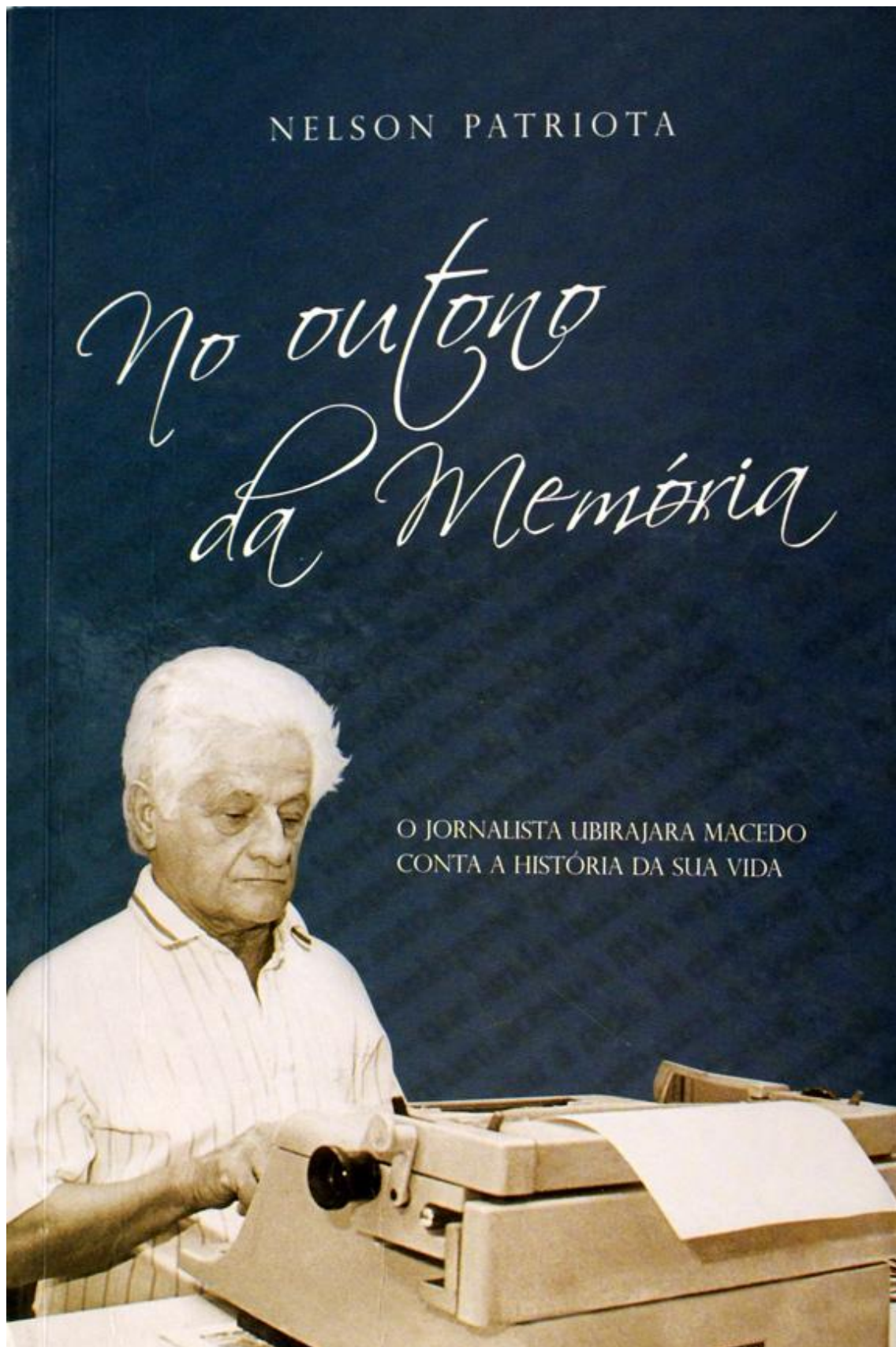


No outono da memória



No outono da memória

O jornalista Ubirajara Macedo conta a história da sua vida

Nelson Patriota

Capa
Revisão
Nelson Patriota

1ª edição (2009)

Catálogo da publicação na fonte. UFRN/ Biblioteca Central Zila Mamede.
Divisão de Serviços Técnicos.

Patriota, Nelson.

No Outono da Memória — O jornalista Ubirajara Macedo conta a história da sua vida. — Natal, RN. Sebo Vermelho, 2009.

Xxx p.

ISBN

1. Literatura Brasileira. 2. Memória. 3. Jornalismo.
1. Título.

SUMÁRIO

Apresentação	Pág. 06
1. As raízes agrestes	Pág. 10
2. Tempos belicosos	Pág. 16
3. Jornalismo e resistência	Pág. 19
4. Da “Intentona” aos comunistas	Pág. 22
5. Nos calabouços da “Redentora”	Pág. 26
6. Tributos pagos ao belo sexo	Pág. 30
7. No burburinho da Praça da República	Pág. 33
8. Uma parceria com Carlos Lima	Pág. 37
9. No Diário de Natal	Pág. 39
10. Boemia e jornalismo	Pág. 42
11. Uma experiência cooperativista	Pág. 44
12. O clube dos sonhos de Luiz Cordeiro	Pág. 46
13. Algumas homenagens	Pág. 50
14. Quando me sinto poeta	Pág. 52
15. Viagem inolvidável	Pág. 58
16. Na ilha de Fidel	Pág. 60
17. Evocação de Conservatória	Pág. 62
18. Vida e morte de dona Joaquina	Pág. 63
19. A fé que professo	Pág. 65
20. Não falou de flores... (de Rosana Varela de Macedo)	Pág. 67
21. A minha família	Pág. 68
22. A minha rotina	Pág. 71
23. A título de conclusão	Pág. 72

Dos diversos instrumentos do homem o mais assombroso é, indubitavelmente, o livro. Os outros são extensões do seu corpo. O microscópio e o telescópio são extensões da vista; o telefone é o prolongamento da voz; seguem-se o arado e a espada, extensões do seu braço. Mas o livro é outra coisa: o livro é uma extensão da memória e da imaginação.

Jorge Luis Borges

Apresentação

Nelson Patriota

Cada vida humana é, de tal modo única que começa a se distinguir de todas as demais, desde antes da sua concepção. E isso tem uma explicação simples, na medida em que cada vida nasce da história que se entrecruza com outras vidas. Por isso, não se resume exclusivamente à história de seus pais biológicos; nela palpitam os anseios, as esperanças, desejos e ações de avós, primos, cunhados, sobrinhos, netos, amigos, numa teia que parece se expandir em todas as direções.

Com mais razão, a vida que amadurece longamente é um encadeamento de vidas paralelas, compartilhadas aqui, separadas acolá, mas voltando a se contatarem com maior ou menor regularidade, de acordo com as conveniências sociais, familiares, pessoais...

É assim a vida do jornalista Ubirajara Macedo na sua longa expansão vital, cujo núcleo originário se localiza num humilde distrito do município de Macaíba (RN), mas cujo vértice está sempre mais além de um vértice anterior, que ficou para trás, n'algum projeto concretizado. Como não esquecemos a lição do poeta de Itabira, repetimos: “as coisas findas/muito mais que lindas/ essas ficarão”.

Ubirajara Macedo, ou *Bira*, como é carinhosamente tratado pelos familiares mais próximos e pelos amigos mais chegados, tem muito que dizer, e o diz, em termos das coisas findas referidas no poema de Drummond, neste depoimento em primeira pessoa, que recolhemos ao longo de seis meses de conversas regulares, obedecendo a uma cronologia até certo ponto conservadora, na medida em que o relato de uma vida assim o exija.

Da infância em Macaíba, a memória voluntária de Bira (às vezes, a involuntária também) sai em busca de uma última lição de Dona Olímpia, sua mestra de coisas campestres, preservacionista *avant la lettre*, para se deter num verso de Bilac exaltando a nobreza das velhas árvores; capta em seguida a figura do Dr. Ubirajara Ferreira, dentista com veleidades de música clássica e que gostava de compartilhá-la em sua casa com os alunos de Dona Olímpia Ferreira, sua muito digna senhora. Outros personagens desfilam ante o palco, sendo paulatinamente chamadas ao prosclênio das lembranças mais caras.

Aí se demoram, por razões óbvias, figuras que protagonizaram papéis fundadores dos valores de Bira, como seu pai, Antônio Corcino de Macedo, mestre-escola, e sua mãe, Alice de Almeida Macedo, doméstica. Ditos assim, encerrados num único papel, seus genitores poderiam parecer atores transitórios no drama do narrador. A leitura do livro mostrará, porém, que seu pai não se cingiu única e exclusivamente ao papel de mestre-escola, tampouco sua mãe ao de prendas domésticas.

No decorrer da narrativa ver-se-á que, apesar da sua sólida formação católica, ou melhor, graças a ela, Bira protagonizou atos de coragem e civismo que emularam os feitos dos militantes políticos mais aguerridos de sua época, quando as sombras do arbítrio desceram sobre a nação.

O jornalismo, em suas diversas facetas, constitui um capítulo à parte na vida de Bira.

Não se deve ignorar que ele revelou desde cedo uma clara vocação para essa profissão, a qual, como sabemos, abre portas e descortina frestas do mundo que permanecem fechadas à maioria das pessoas, mas expõe de forma ostensiva quem a exerce, especialmente em regimes de força.

De fato, o jornalista Ubirajara Macedo tem muito que contar. Conviveu com homens rudes, do agreste e alhures, mas também com párocos, migrantes e refugiados políticos que buscaram abrigo na casa de seus pais, já em Natal, quando do (desastrado-não seria mais adequado o termo malfadado?) levante comunista de 1935; estudou no Ateneu Norte-Rio-Grandense numa época em que o escol da inteligência natalense nele pontificava. Em seus corredores era comum um estudante deparar com o professor Câmara Cascudo ou com seus colegas Clementino Câmara, Celestino Pimentel, Hostílio Dantas, Edgar Barbosa, Esmeraldo Siqueira; ou trocar ideias com Luiz Maranhão, José Gonçalves de Medeiros, João Wilson Mendes Melo, Antônio Pinto de Medeiros, José Hermógenes de Andrade Filho...

Após uma curta experiência no rádio, Bira se desloca finalmente para o centro dos seus interesses: as notícias do mundo. O veículo que lhe forneceria essa plataforma seria o tradicional e combativo jornal A República. O período que ali passou, nos anos 1960, valeria por um diploma superior. Na sua redação, encontrou Veríssimo de Melo, Myriam Coeli, Celso da Silveira, Sebastião Carvalho, Josué Maranhão, dentre outros. Era no tempo em que escritores militavam na bastilha dos jornais.

Mas a culminância desse processo de eventos “jornalísticos” ainda estava em gestação nos desvãos do tempo. Ou no ovo da serpente. Para lembrar a metáfora que o sueco Ingrid Bergman usou para nomear o clima pré-nazista na Alemanha de Weimar, assunto de um famoso filme seu.

Em 1º de abril de 1964, Bira estava à frente da editoria da Tribuna do Norte quando eclodiu o golpe militar e teve de dar satisfações aos mandatários da hora. Não demorou para que guantes do arbítrio o retirassem do seio do seu lar. Uma contemporânea sua, a escritora Mailde Pinto, resumiu esses acontecimentos sob a rubrica “Aconteceu em 64”, nome do livro que dedicou ao tema. Os fatos narrados por Mailde corroboram amiúde o relato de Bira.

Os longos meses que Bira passou nas masmorras do regime autoritário pós-64 não conseguiram fazê-lo abjurar os seus valores cristãos-cívicos, cristãos-nacionalistas, cristãos-políticos. Nesse período, ele permaneceu, como se verá, mais próximo à visão de mundo dos comunistas com quem dividiu celas – Luiz Maranhão, Djalma Maranhão, Carlos Lima, Vulpiano Cavalcanti, entre tantos outros – do que com qualquer outra visão de mundo, inclusive aquela que a Igreja tradicionalmente pregava.

Os detalhes dessa experiência Bira os contou no livro “...e lá fora se falava em Liberdade” (Natal. Sebo Vermelho: 2001).

Dissipadas as sombras do arbítrio, Bira está em São Paulo, e se entrega ao burburinho da Cidade Grande, com suas ofertas inesgotáveis de bens concretos ou simbólicos, de vida luxuriante de prazeres e de trabalho. E aí o jornalista macaibense, também funcionário público dos Correios, se desdobra em rotinas diárias e noturnas de trabalho, estas últimas, inicialmente no rádio, em seguida na prestigiosa Folha de São Paulo.

Dessas experiências, Bira guarda lições preciosas, como revela neste livro. Guarda também modos de amizades que ali começaram ou lá se consolidaram, bens simbólicos inestimáveis na contabilidade dos afetos e do crescimento interior.

Uma dessas amizades responde pelo nome de Carlos, o livreiro Carlos Lima, da Clima Editora, e que encontrou em Bira o sócio ideal para um projeto ousado no campo jornalístico. O lançamento dos “Cadernos do Rio Grande do Norte” se tornou possível

com a volta de Bira de São Paulo, já aposentado dos Correios e carente dos ares da província.

A experiência, com duração de três anos, terminaria com a ida de Bira para o Diário de Natal, jornal onde, dezessete anos depois, encerraria suas atividades profissionais em grande estilo.

Outros apelos que já gestavam no seu vasto ciclo de amizades logo o colocaram no centro de um projeto artístico. O local foi o “Beco da Glória”, da cantora Glorinha Oliveira, onde se reuniam jornalistas, poetas, boêmios todos, evidentemente, fãs da sua voz inconfundível.

O radialista Luiz Cordeiro foi o pai da ideia. Mas a presença de Bira no grupo foi fundamental para o nascimento do Clube dos Amantes da Boa Música, grêmio que logo ficou conhecido em toda a cidade pela sua sigla: Clambom. Para se aquilatar a verdadeira importância desse clube é preciso se ler o livro “Clambom: um clube em defesa da boa música – 16 anos defendendo a Música Popular Brasileira”, que Bira escreveu em parceria com o clambonista Pedro William Cavalcanti, em 2008 que, à época, dirigia esse clube. O nosso “A estrela conta”, relato da vida da cantora Glorinha Oliveira, traz episódios coincidentes com os desse livro.

Nesse ínterim, Bira descobriu o pendor para as viagens, longas viagens que o levaram a países os mais exóticos, os mais distantes, os mais corajosos. Algumas delas deixaram lembranças imorredouras, como ele destaca em dois capítulos deste livro; outros foram tão instigantes, que ele precisou retornar para conferir um detalhe, uma emoção incompleta, uma bebida exótica ou um prato tradicional. Não obstante, o seu grande interesse pelas viagens guarda distância sensível do mero “turismo de paisagem” – aquele que se limita a retratar monumentos características de determinado país, juntando a estes a figura do próprio viajante e/ou de seu grupo de acompanhantes. Para Bira, a viagem é, antes de tudo, pesquisa de costumes e comportamentos, elementos que todo jornalista costuma valorizar na busca da compreensão das motivações humanas.

As testemunhas e protagonistas da vida do jornalista Ubirajara Macedo, seus afetos familiares, estão todos aqui. A começar pela primeira esposa, Doralice, com quem teve os filhos Júlio Mário, Rosana e Isabela. Na companhia de Doralice a família cresceu com a “adoção” de Rodrigo e Marília, filhos do primeiro casamento de Doralice. Veio depois o divórcio, e, na sequência, o casamento em segundas núpcias com Maria de Lourdes Pereira, viúva e mãe de Viveca e Virna que, com o passar dos anos, se tornaram também filhas dele, na medida em que o cativaram e foram respectivamente cativadas por ele.

Enfim, teve os amigos, inúmeros, que aparecem conforme a época e as circunstâncias, desempenhando, cada qual, um papel às vezes decisivo nas mudanças de rota que a vida lhe abriu, mas nunca o de meros coadjuvantes, haja vista o significado que Bira atribui à amizade, valor superlativo em sua história.

Nessa economia de afetos familiares, há abundantes provas de amor filial e paternal. Declarações em prosa e em verso do próprio narrador e uma carta da sua filha Rosana, retinta de admiração e ternura filial, escrita por ocasião do 85º aniversário de Bira.

Faceta menos conhecida, tendo em vista a dimensão que o fazer jornalístico ocupou na sua vida, o poeta Bira também se revela nesta obra. Ele admite ser um poeta bissexto, ou seja, episódico, ocasional, cedendo muito raramente aos apelos da musa. Mas sua poesia se mostra eclética, desdobramento natural de suas preocupações sociais e humanas.

Era previsível que uma obra desta natureza se encerrasse sob uma atmosfera de desvelos e desprendimentos em torno do eixo familiar, confirmando o quanto a família é verdade, como reza o verso de Pessoa.

Nosso trabalho foi traçar um roteiro para esse panorama simultaneamente uno e múltiplo, como o é toda vida humana. Depois, precisamos questionar suas possibilidades, explorar suas lembranças, dar-lhe uma forma coerente e regular até o seu desfecho, corrigindo e retocando o texto conforme as exigências nossas, digo: nossas e do narrador, mas em ordem inversa de prioridade. Fatos, nomes, datas e pessoas foram checados por nós, na medida em que isso foi possível. Enfim, seguimos um procedimento idêntico ao que utilizamos na escritura de “A estrela conta – memórias de Glorinha Oliveira” (A.S. Livros, Natal: 2003).

Caberiam alguns lugares-comuns neste último parágrafo, porém preferimos dispensá-los do leitor, a fim de não retardar por mais tempo o seu prazer de conhecer a história do jornalista Ubirajara Macedo, um homem do seu tempo. Seria preciso dizer mais a seu favor? Acrescentaríamos que ele se mostrou à altura dos desafios que teve à frente e deu provas de amor à liberdade.

1. As raízes agrestes

Os meses que marcam a estação chuvosa do Nordeste guardam ainda hoje um encanto especial para mim. Olhando através da janela da minha sala de estar, onde uma nesga de mar disputa com o rio Potengi a atenção das minhas retinas cansadas, minha imaginação mergulha no azul esverdeado das águas, lá longe. E num ato inteiramente involuntário, o trabalho da imaginação faz que eu visualize um resto de vegetação rasteira que abre para um descampado. Mangueiras, goiabeiras e outras árvores mais ou menos frondosas, com seus frutos já em processo de amadurecimento, dominam a vegetação que reverdece ao redor.

Estamos em plena aula prática da professora Maria Olímpia Ferreira, aprendendo os benefícios que as árvores nos dão abundantemente, sem nada pedirem em troca. Ela pede que prestemos atenção (somos alunos do primeiro ano primário do Grupo Escolar Auta de Souza, em Macaíba) à variedade de árvores que nossa vista pode alcançar: agora, olhando melhor, vejo que o algodão começa a brotar em toda a extensão à nossa frente. Mas tanto à esquerda quanto à direita, despontam fruteiras: cajus, mangas, mangueiras frondosas, laranjais jovens e, mirando ao longe, vislumbro arbustos que se confundem com formas rasteiras de vegetação, deixando supor que em meio a elas algum fruto silvestre pode talvez se encontrar.

Agora Dona Olímpia nos ensina as vantagens da vida no campo. Ela explica que no lugar onde nos encontramos há abundância de mandioca, feijão, macaxeira e batata, o que garante a alimentação dos moradores, vaqueiros, agricultores, lenhadores e artesãos. Ela enfatiza, porém, que o trabalho realizado por essas pessoas, muitas vezes de poucos estudos, até rudes, é tão importante como o trabalho do prefeito, do juiz, do padre e do tabelião da cidade.

Enquanto nos conduz por uma trilha aberta entre o curral e a casa de farinha da fazenda escolhida para visita, dona Olímpia declina outras vantagens do campo: a qualidade do ar, que faz bem aos pulmões, e a variedade das frutas e legumes, essenciais para a saúde das pessoas.

Sua voz ecoa por sobre a barreira dos tempos, por isso, preserva a magia da lembrança do menino que a vê inteira, como uma pintura decalcada num livro: “Nunca esqueçam a poesia que aprenderam do grande poeta Olavo Bilac, que nos pede para amarmos e respeitarmos as velhas árvores”. E rebate: “Quem ama a natureza, ama a Deus e faz por merecer o amor dele”.

A aula se encerra na sala de estar da fazenda, quando comemos um pouco de tudo o que havíamos visto há pouco lá fora: carne assada, inhame e macaxeira cozida, arroz e feijão. No final, sucos das frutas da estação são servidos em copos de louça, seguidos de geleias e doces. Comemos tudo num silêncio reverente e travesso, e eu noto o esforço que muitos de nós fazíamos para não romper numa gargalhada, vendo como cada um tentava aparentar uma seriedade adulta, como se a ocasião de comermos fora de casa o exigisse.

Quando nos dirigimos de volta à escola, num ônibus fretado pela Prefeitura especialmente para esse fim, dona Olímpia se derrama em elogios ao nosso comportamento. Mas a lição de ecologia, aprendida numa fazenda que eu provavelmente nunca mais veria, ficou-me gravada para sempre na lembrança.

Outra razão se soma a essa já enunciada: as aulas de dona Olímpia foram as coisas mais extraordinárias da minha infância. Por que razão? Porque era diferente de tudo o

que eu aprendera até então no grupo escolar Auta de Souza; porque suas aulas eram passadas quase sempre ao ar livre. Outro traço que distinguia essas aulas era o fato de que a professora tratava cada um dos seus alunos pelo nome, evidenciando sua individualidade, e isso se traduzia para mim como uma busca para quebrar as barreiras que a hierarquia, a idade e o sexo interpunham entre ela e nós. Essa preocupação tão insistente da parte dela não se limitava, porém, ao horário das aulas, porque ela nos convidava para ir à sua casa, no começo da noite, para ouvirmos música tocada por seu companheiro, Ubirajara Ferreira, que vinha a ser o dentista da cidade, mas que, à noite, costumava exercitar-se ao violino, instrumento que amava com paixão de virtuose e que teve em nós um pequeno e atento grupo de admiradores.

A razão disso é que o dr. Ferreira parecia traduzir, com as músicas que interpretava, uma gentileza e uma empatia com crianças, que conseguiu, por contágio, afastar de mim o medo de dentista, um verdadeiro terror para alguns meninos, principalmente quando criados no interior, onde a voz das ruas costuma amedrontar as pessoas comuns com temores do médico, do padre e do juiz da comunidade. Mas para mim, pelo menos no que dizia respeito ao dr. Ferreira, ele não me infundia qualquer receio, pois uma pessoa que tocava violino com tanto sentimento como ele o fazia não podia ser uma pessoa má. Foi o que comprovei no final do semestre quando me sentei na cadeira do seu consultório para um exame geral dos dentes.

A razão pela qual o casal gostava tanto de crianças talvez se devesse ao fato dos dois não terem sido contemplados com filhos pela natureza. Mas isso só seria suficiente para que dona Olímpia e seu Ubirajara tivessem tanto desvelo conosco? Minhas lembranças mais emotivas dizem que não. Eles nos amavam com um amor genuíno e verdadeiro.

Dentre os meus coleguinhas do Auta de Souza, lembro alguns membros da família Varela: Renato, Rômulo, Fernando e Lourdinha. O pai deles era o Alcides Cid Varela, personalidade importante na cidade. À condição de simples carteiro, acrescentou ao de conhecedor das ervas e da arte de curar, e na maturidade conquistou tamanha credibilidade na região que aviava receitas como qualquer médico generalista e ainda fazia partos, como um obstetra. Numa época em que Macaíba não dispunha de um único médico diplomado, Alcides Varela fazia as vezes desse profissional, inclusive com o apoio de seus “colegas” da capital.

Outra figura importante da minha infância foi o dr. Jaime Perez Quintas, pai do escritor Renard Perez e do artista plástico Rossini Perez. O dr. Jaime era um engenheiro espanhol que durante algum tempo explorou pedreiras para firmas de Natal. Não convivi com o Renard nem com o Rossini na minha infância, porque, além de serem de uma geração posterior à minha, deixaram muito cedo a cidade de Macaíba, devido às atividades profissionais exercidas pelo pai deles.

Outra lacuna da minha meninice foi não ter convivido com Otacílio Alecrim, cujo pai, Prudente Gabriel da Costa Alecrim, era coronel da guarda nacional e empresário com diversos e importantes negócios na cidade. O tempo, porém, proporcionou-me a oportunidade de ler o seu *Província Submersa*, em segunda edição, graças a um presente do amigo Valério Mesquita. O que posso dizer é que passei anos sonhando em ler essa obra, cuja primeira edição, infelizmente, era impossível de encontrar. Mas lê-la agora, na terceira idade, sabendo que eu e seu autor devemos ter nos cruzado muitas vezes em algum logradouro de Macaíba, talvez num corredor do educandário Auta de Souza, isso acrescentou para mim um ingrediente extra ao prazer de sua leitura. À medida que lia, era como se eu estivesse partilhando das suas reminiscências, tornando-as de algum modo também minhas.

Começo estas memórias movido pelo desejo de atender a um anseio da minha família, que vê na minha história pessoal elementos que justifiquem tal empreitada. E é com surpresa que me apercebo da nitidez com que me surgem os acontecimentos de uma infância da qual estou separado por oito décadas! Mas mesmo aí nada vejo de extraordinário, embora amigos meus, até muito chegados, insistam que se trata de um fato digno de ser louvado e exaltado. Humildemente, respondo a tais extremos observando que, se cheguei à venerável “idade da delicadeza” de que fala Chico Buarque de Holanda em sua canção “Todo o sentimento”, é tudo por acaso, benevolência e generosidade de Deus. E emendo, entre um chiste e um ar contrafeito pela seriedade impostada: “Rezo todos os dias para que Ele faça o mesmo com todos os meus amigos”.

Guardo muitas lembranças do colégio Auta de Souza, localizado na Rua Pedro Velho, referência importante na Macaíba da minha infância. A começar pelo famoso jasmineiro que a poetisa Auta de Souza plantara há cerca de duas décadas, e que era aguçado todas as manhãs por um diligente jardineiro do educandário. Nós, alunos, éramos ensinados a olhar e a reverenciar a árvore que a grande poetisa do *Horto* havia plantado com um carinho especial, e que agora exalava um perfume tão peculiar que naturalmente associávamos à pessoa dela.

Para que ninguém duvide da seriedade da minha condição de estagiário da terceira idade, pois um ditado francês me ensinou que chegamos inexperientes a cada nova fase da vida, quero me deter um pouco na figura da minha professora Maria Olímpia Ferreira e confessar que, ao pensar nela, recobro uma ideia de infância que resume, de certo modo, nostalgia e gratidão, alegria de viver e convicção de ter vivido, desmentindo aquele delicioso verso de Ataulfo Alves que diz: “Eu era feliz e não sabia”. Hoje eu penso que fui feliz sabendo que o era, pois o tempo de criança foi vivido na companhia de meus pais, que me amavam sem fazerem distinção aos meus outros irmãos. E é tempo de falar um pouco deles.

São quatro irmãos: José Tupinambá de Macedo, Giselda Paraguaçu de Macedo, Ari Tibiriçá de Macedo e Iaponira Macedo. Ari é sociólogo, aposentado, viúvo de Maria da Conceição Souza de Macedo e tem cinco filhos; José Tupinambá é funcionário público aposentado dos Correios, casado com Edite Macedo, e tem dois filhos; Giselda é a viúva do professor José Melquíades e tem oito filhos; Iaponira é aposentada, solteira. A mais nova dos irmãos.

Antônio Corcino de Macedo, meu pai, nasceu no município de Santana do Matos. Professor primário itinerante, meu pai dava suas lições aonde o chamassem, e na sua época não faltavam solicitações por seus préstimos. Antes disso, porém, tem uma romance familiar que precisa ser contado, já que envolve também a figura da minha mãe, logo, minhas origens. Aconteceu que meu avô Antônio Corcino Lopes de Macedo, também professor em Santana do Matos, recebeu um convite para lecionar em Goianinha e chamou a acompanhá-lo aquele que viria a ser meu pai. Nessa visita se demoraram tempo suficiente para que meu pai conhecesse Alice de Almeida Macedo, que viria a ser minha mãe. Ela era filha de Ana de Almeida Macedo, irmã de Dom Joaquim Antônio de Almeida, que foi o primeiro Bispo de Natal. O pai dela era João Corcino de Macedo, também tio de meu pai. Naquela época, uniões dentro da mesma família eram comuns no interior do Nordeste e tinham razões tanto de ordem social e biológica, como econômicas. O fato é que meu pai noivou com minha futura mãe, e em seguida partiu para Minas Gerais em busca de trabalho mais lucrativo que o magistério. Quatro meses depois, a saudade falou mais alto e ele retornou a Goianinha, consumando o matrimônio prometido.

As primeiras décadas do século passado foram tempos de grandes mudanças socioeconômicas no interior do Rio Grande do Norte. Ainda se vivia as consequências da transição da Monarquia para a República e a educação das massas era um item importante no ideário republicano. Os prefeitos eleitos sob esse ideário marcaram suas administrações com a construção de escolas, e meu pai se beneficiou dessa política sem mudar seu estilo andarilho de trabalhar. Pelo contrário, tendo sempre uma nova escola, num novo município, à sua disposição. Isso o levou a viajar a trabalho por muitos municípios do agreste e, ocasionalmente, em cidades situadas na fronteira com o sertão. Meu nascimento, no dia 1º de março de 1920, no distrito de Jacobina, na época me parecia pertencente ao município de Macaíba, mas hoje ao de São Gonçalo do Amarante, coincidiu com o tempo em que meu pai lecionava em escolas primárias desses dois municípios. A fazenda pertencia Antônio Machado, mais conhecido por Tota Machado, e que foi meu padrinho de batismo. Fui o caçula de oito filhos, dos quais três faleceram ainda novos em decorrência de doenças comuns às crianças, na época.

Apesar de meu pai dispor de trabalho abundante, as condições financeiras da nossa família não eram nada invejáveis. Minha mãe, do lar, como se dizia naquele tempo, cuidava dos filhos, administrativa a casa e, nas horas vagas, lia um romance de José de Alencar ou de Joaquim Manuel de Macedo. Aos domingos, não faltava nunca à missa. E com ela ia toda a família. Graças a isso, nos criamos sob os valores comuns propagados sub-repticiamente nos púlpitos das igrejas interioranas, onde o padre exercia, por meio de sermões e parábolas, um papel intelectual que não se limitava aos preceitos da fé católica, mas se estendiam às demais esferas da vida social. Além de nos inculcar o temor de Deus, o sacerdote também nos dava conselhos práticos sobre a vida em família, os valores da amizade e da justiça, do desprendimento e da moderação, da renúncia ao pecado e da esperança numa vida após a morte.

Para aumentar a renda familiar, meu pai empregava seu tempo livre na agricultura, beneficiando pequenas glebas que eram cedidas ao professor recém-chegado como alternativa de incremento da renda familiar. Assim, embora o salário pago pelo erário estadual fosse insuficiente para as despesas de uma família em expansão e costumasse sair com atraso de até seis meses, papai garantia o nosso alimento de cada dia bíblicamente com o suor do seu rosto, resultado do trabalho que desenvolvia na agricultura doméstica.

Nunca moramos na cidade de Macaíba. Meu pai preferia residir numa pequena propriedade que alugara perto da sede do município, onde facilmente chegávamos. Na condição de aluno do Auta de Souza, porém, eu passava de segunda a sexta-feira em Macaíba, residindo na casa da minha avó Ana, na Rua Pernambuquinho, hoje Rua Coronel Manuel Maurício Freire. Era uma rua larga e arenosa, características que a meninada aproveitava para bater uma bolinha nos fins de tarde, depois das aulas, e, nos fins de semana, durante o dia inteiro. A menos que São Pedro atrapalhasse. Eu sempre jogava na posição de goleiro, o que me levava a tomar um “frango” de vez em quando! Mas que era divertido, lá isso era!

Falar da minha avó Ana é relembrar uma pessoa muito doce, sensível e de caráter muito firme. Por não ter mais filhos em casa, ela se apegou muito a mim e fazia tudo para que eu me demorasse na companhia dela após as aulas colegiais. Era uma verdadeira baronesa, elegante, esbelta, vestia-se com grande apuro e bom gosto, e parecia estar sempre vivendo às vésperas de uma festa. Como era tradição entre os meus antepassados, minha avó também era uma mulher extremamente religiosa, e talvez tenha sido por esse motivo que suportou estoicamente as aventuras amorosas do marido, João Corcino. Ele chegou a alugar uma casa quase em frente à sua para seus encontros amorosos com uma amásia. Mas pagou caro por esse ultraje à minha avó: contraiu um

mal que não tardou a tirar-lhe a vida. Minha avó, por sua vez, viveu até os 103 anos. Resignada, não voltou a casar-se.

Macaíba não era, excetuados esses dramas familiares que o tempo se encarregava de obliterar, uma cidade triste. Pelo contrário, era uma cidade alegre, com uma tradição carnavalesca que nada deixava a desejar ao carnaval natalense. Por essa razão, ninguém saía da cidade durante o tríduo de Momo, quando as ruas eram tomadas pelas laranjinhas de águas perfumadas, confetes, serpentinas atiradas pelos populares nas principais vias por onde desfilavam os blocos de elite que, como diz o nome, reuniam os jovens das famílias abastadas da cidade. Havia ainda os famosos “assaltos” às casas de determinadas pessoas, previamente acertados, que duravam uma manhã inteira, graças à generosidade do “assaltado”, geralmente pessoa de posses e que, por isso, bancava praticamente sozinho os comes e bebes da festa, fosse pelo prazer de trazer ao seu lar um grupo de pândegos, fosse pelo desejo de ostentar uma condição socioeconômica diferenciada.

Os blocos de sujo, os papangus e os “a la ursa” faziam a alegria da garotada. Estes, representados pela figura de um enorme urso puxado por um frágil menino e ameaçando a qualquer momento se desvencilhar da corda e correr atrás de um garoto mais atrevido que o xingasse com gritos ou troças. Todo esse séquito folgazão se dirigia para o largo das Cinco Bocas, onde podiam ver e ser vistos por meia Macaíba!

Mas mesmo nos dias comuns havia muito humor nas ruas, sobretudo quando o assunto era a vida alheia. Nesse item, parece que as pessoas se esmeravam em extrair o máximo dos pequenos deslizes que porventura alguém praticasse. Era inevitável um chiste percorrer a cidade como uma corrente elétrica. E poderia até chegar às temidas Cinco Bocas, centro nervoso da cidade.

Lembro do quanto os macaibenses se divertiram numa única noite com a repintura do letreiro principal que enfeitava o frontão do popular bar e restaurante “A Pérola do Chico Cúrcio”. O comerciante Chico Cúrcio, dono do estabelecimento, contratou o famoso artista plástico José Muniz para que fizesse o trabalho. Para valorizar sua arte (pois era conhecido principalmente por seus trabalhos a óleo reproduzindo paisagens e personagens da mitologia grega), José Muniz deu início à obra por volta das 17h. A essa hora, o restaurante já reunia uma clientela numerosa que tomava conta das mesas (disponíveis) aguardando o prato feito ou um prato à la carte, dependendo das disponibilidades monetárias do freguês... Lá fora, aglomeravam-se pequenos grupos que degustavam um cigarro para rematar a sobremesa do café e retardar a ida para casa, reação, aliás, muito comum numa pequena cidade de interior, onde a quebra da monótona rotina ordinária em geral se constitui um acontecimento que se espalha rapidamente entre as pessoas.

Foi em meio a esse burburinho que Muniz recostou a escada junto à entrada da loja, testou-a para sentir firmeza no seu equipamento e a subiu lentamente, apoiando-se numa mão e, com a outra, levando pincel e uma lata de tinta. Primeiro retocou a letra “A”, em seguida procedeu da mesma maneira com as letras “L”, “O” e “R”, ou seja, de trás para frente. Depois retocou o segundo “A” e suspendeu o trabalho. O povo que passava pelo local se divertiu a valer lendo a parte do letreiro já recuperado, que formava a frase “A ...ROLA DO CHICO CÚRCIO”. Só no final da tarde do dia seguinte o maroto pintor acrescentou as letras faltantes (PE), dando a forma final do letreiro: “A Pérola do Chico Cúrcio”. Esta história foi aproveitada pelo escritor Valério Mesquita, outro macaibense sensível aos causos, e que o incorporou ao seu livro “Poucas e Boas”.

Em 1930 (eu tinha 10 anos), meu pai se transferiu para o distrito de Jundiaí, em Macaíba, onde hoje está localizado o Instituto de Neurociências, dirigido pelo professor

Miguel Nicolélis. Ali, meu pai foi professor e secretário da administração de uma fazenda gerida pelo Estado. O trabalho burocrático lhe proporcionou uma pequena melhoria financeira.

Em 1933, o dr. Décio Fonseca, administrador do Porto de Natal, convidou meu pai para trabalhar no Departamento de Portos, Rios e Canais, localizado na praia de Upanema, proximidades de Areia Branca, no trabalho de fixação de dunas. O trabalho lhe agradava, pois era ligado à agricultura, atividade que, para ele, sempre foi sua grande paixão. Acho que passamos nessa praia pouco menos de três anos. Com quatro filhos em idade escolar, minha mãe começou a ficar preocupada com a nossa educação. Foi quando o dr. Gallotti, que era diretor estadual do Departamento de Portos, Rios e Canais, conseguiu a transferência de meu pai para a capital. Assim, no mês de junho do ano de 1935 chegamos a Natal, a bordo do vapor Poconé, vindos de Areia Branca. Fomos residir na praia da Limpa, designação do hoje bairro de Santos Reis. Nos idos de 1930, porém, era menos do que um arruado: só tinha três casas, todas pertencentes ao órgão ao qual meu pai estava ligado. A Natal daquele tempo era uma cidade de 35 mil habitantes. Muito pouca gente, para uma capital.

2. Tempos belicosos

A vinda para Natal mudaria radicalmente os rumos da minha vida. Além de acontecimentos óbvios, como a certeza que eu romperia os laços que me haviam ligado à vida interiorana, entre Macaíba e São Gonçalo, eu sabia que oportunidades impensadas por mim até então se abririam na capital. E isso realmente aconteceu, já no primeiro ano de vida na urbe potiguar.

A primeira mudança, e nem de longe a menor, foi a minha preparação para o ingresso no curso de admissão do Ateneu Norte-Rio-Grandense, naquela época – 1935 – a universidade de que Natal podia dispor. E nada havia de exagerado nesse título. Afinal um colégio que dispunha em seu quadro docente de nomes como os de Luís da Câmara Cascudo, Clementino Câmara, Celestino Pimentel, Edgar Barbosa, Hostílio Dantas, cônego Luiz Monti, entre outros, podia se considerar uma verdadeira universidade.

Para garantir meu sucesso no concorrido curso do Ateneu, minha família contratou os serviços do professor Antônio Fagundes, o que foi facilitado pelos laços de parentesco com minha mãe, da qual era primo. O professor Fagundes vinha à minha casa sempre aos sábados, quando dispunha de mais tempo livre, e pouco a pouco, me familiarizou com as matérias curriculares: português, francês, inglês, latim, história, geografia, ciências e desenho. O resultado desse esforço é que passei no exame escolar e, já no ano seguinte, ingressei orgulhoso nos corredores do venerável colégio natalense como aluno do primeiro ano ginásial.

Das amizades que fiz no Ateneu, lembro bem de alguns nomes: o do escritor João Wilson Mendes Melo, historiador e economista, autor de muitos livros e futuro professor da UFRN. Outro nome que eu não poderia esquecer é o de Luiz Maranhão, que, ao cursar o “clássico” no Ateneu, conseguiu a proeza de ser simultaneamente aluno e já professor do colegial no mesmo estabelecimento. Mais tarde falarei com mais detalhes sobre suas atividades jornalísticas e políticas e seu trágico fim nas mãos da ditadura de 64.

Outro colega brilhante de Ateneu foi José Gonçalves de Medeiros, grande vocação política, orador brilhante e inflamado. Todavia, seus talentos foram silenciados com sua morte prematura, aos 32 anos. Deixou, porém, um poema que lhe garantiria um lugar, modesto que fosse, nas letras potiguares. Refiro-me ao poema “Despedida do pássaro morto”, peça tida como premonitória. Parece que ele adivinhara, ao escrevê-la, sua partida, pois logo depois morreria, no mesmo acidente aéreo que vitimou mortalmente o Governador Dix-Sept Rosado, do qual era auxiliar. Isso aconteceu em 12 de junho de 1951. Outro colega brilhante foi José Hermógenes de Andrade Filho, hoje um mestre da ioga e orgulho do Rio Grande do Norte, com muitos livros publicados e um trabalho reconhecido no exterior.

Dos professores, três me impressionaram especialmente: Câmara Cascudo, pela verve, erudição e bom humor; Celestino Pimentel, pela versatilidade: ele era capaz de ministrar qualquer matéria na eventualidade de que um professor se visse impossibilitado de comparecer ao colégio. O terceiro foi Hostílio Dantas que, além de ensinar desenho com grande domínio do *métier*, era um escultor extraordinário, tendo deixado várias obras na cidade, dentre elas o busto do padre João Maria, hoje localizado na Praça Padre João Maria, no bairro da Cidade Alta, em Natal.

Em 1940, concluí o ginásio no Ateneu e, como não haviam sido ainda implantados os cursos Clássico e Científico, e minha família não tivesse meios para me mandar para um colégio particular, resolvi procurar trabalho. E a minha primeira atividade foi participar de um recenseamento decenal que o recém-criado IBGE fazia na cidade de Macaíba. O resultado, ainda lembro, totalizou 8.600 habitantes só na sede do município! Concomitantemente, comecei a estudar para prestar concurso para os Correios e Telégrafos, em Natal. Procurei me inteirar do conteúdo das matérias, adquiri alguns livros indicados na bibliografia e assim ocupei boa parte do tempo ocioso em virtude da suspensão do ciclo escolar e do vácuo deixado com a conclusão do recenseamento do IBGE. Quando finalmente me submeti às provas do concurso, como me sentia bastante preparado, não tive dificuldade para responder a maioria das questões.

Em 1939, estourou a Segunda Guerra Mundial. Nesse mesmo ano, fui convocado pelas Forças Armadas e servi na praia de Cotovelo, à época uma praia deserta. Nossa missão era monitorar a praia a fim de prevenir qualquer possível ação das forças do Eixo na nossa Costa. Para tanto, ficávamos alojados em barracas apertadas e insuficientes para a tropa e num ócio tedioso, porque nunca tivemos oportunidade de enfrentar um inimigo real. Por essa atuação, fui considerado ex-combatente e hoje faço parte da reserva como 2º tenente.

Em 1944, prestei exame para Cabo. Aprovado, fui incorporado ao 1º Batalhão de Infantaria e em seguida servi na cidade de Macau, onde passei dez meses. Em maio de 1945, às vésperas do término da guerra, dei baixa do Exército e voltei para casa.

Mas dessa vez não ficaria ocioso, porque me esperava em minha casa uma convocação dos Correios: eu havia passado entre os primeiros lugares no concurso ao qual me havia submetido, mas que só poderia assumir depois de dar baixa do Serviço Militar. Quando me apresentei à agência central dos Correios e Telégrafos, bairro da Ribeira, levando comigo os documentos exigidos pela instituição, fui imediatamente nomeado.

Comecei a trabalhar nessa própria agência na função de postalista. Cerca de dois anos depois, fui promovido a chefe da 1ª seção, ligada diretamente à Diretoria Regional.

Um ano antes do golpe de 1964, depois de um movimento interno, um grupo de funcionários dos Correios e Telégrafos, no qual eu estava inserido, lutou para que o telegrafista e professor Luiz Gonzaga de Souza fosse nomeado diretor regional da instituição no Rio Grande do Norte. A nossa escolha se deveu ao fato de que ele, além de ser um funcionário competente e responsável, com tino administrativo, era ainda professor do Ateneu e proprietário de um colégio no bairro do Alecrim, o que, aos nossos olhos, o credenciava para o cargo em disputa.

Faço um breve parêntese aqui para lembrar um fato que nos abalou de certa forma: o sócio de Luiz Gonzaga de Souza no colégio, o também professor José Garcia da Rocha, colega de Correios, onde exercia o cargo de secretário da diretoria, fora assassinado na parada de ônibus em frente à antiga Escola Técnica, à 1h da tarde de um dia do qual não mais me lembro, quando se preparava para ir para o trabalho. José Garcia foi vítima de um crime passional envolvendo uma conhecida e influente família natalense da época.

Voltando à nomeação de Luiz Gonzaga, devo salientar que a luta para sua efetivação foi grande, mas vencemos a batalha, derrotando o então diretor Janúncio Santa Rosa.

Gonzaga havia militado no Partido Comunista Brasileiro-PCB e, embora nessa época estivesse sem partido, continuava progressista e ligado, sem ser ativista, aos movimentos de esquerda.

Quando Gonzaga assumiu, seu primeiro ato foi nomear a sua diretoria, da qual tomei parte como secretário da Diretoria Regional, enquanto o professor José Fernandes Machado, pastor evangélico e que possuía uma bagagem intelectual respeitável, assumiu como inspetor regional. Alice Pinto, irmã de Mailde Pinto (Galvão) assumiu a chefia do Setor de Pessoal.

A partir desse momento, os Correios passaram a viver um clima de grande efervescência política, refletindo um pouco a conjuntura nacional, marcada por crises políticas.

Um ano depois da posse de Gonzaga, rebentou o golpe de 64.

3. Jornalismo e resistência

Desde muito jovem mantive relações amistosas com pessoas do rádio em Natal. Dentre outros nomes, cito os de Aluízio Menezes e Mirocen Lima, da Rádio Nordeste. Em 1956, Aluízio assumiu a direção geral de jornalismo da Rádio Nordeste, e logo me convidou para trabalhar como repórter responsável pela cobertura do noticiário geral da emissora.

Aluízio e eu tínhamos um interesse comum: o esporte. Aluízio, na qualidade de radialista esportivo; eu, como torcedor ativo do ABC Futebol cuja sede, à época, se situava na esquina da Rua Potengi com a Avenida Afonso Pena. Minhas relações com a imprensa se aprofundaram a partir do dia em que ocupei a diretoria de comunicação do ABC Futebol Clube, na gestão de Ernani Alves da Silveira, em 1958, quando o Brasil ganhou a Copa do Mundo da Suécia.

Pouco tempo depois, ainda integrante da diretoria do ABC, organizei na Rádio Nordeste um noticioso intitulado “A voz do ABC”, que ia ao ar uma vez por semana, às 19h, sendo eu o responsável pela redação e locução. Nesse programa, eu tratava da movimentação do clube, com notícias de jogos, treinos, contratações, além de responder a correspondência dirigida ao programa. Além dessas atividades, eu exercia, como profissional, funções jornalísticas nos diversos jornais falados da Rádio Nordeste. Lembro que nos primeiros programas contei com a colaboração do jornalista Everaldo Lopes, criador do futuro “Cartão amarelo”, juntamente com o cartunista Edmar Viana, recentemente falecido. O “Cartão amarelo” foi tão bem-sucedido na imprensa norte-riograndense que até hoje circula.

Naqueles idos de 1949, o radiojornalismo ensaiava seus primeiros passos em Natal. Tudo esbarrava na lentidão das comunicações telegráficas e dependia da habilidade de um telegrafista, responsável por traduzir as emissões chegadas em código Morse e que, em seguida, eram repassadas a mim para que lhes desse a forma noticiosa. O processo exigia, além de rapidez na tradução das informações para linguagem jornalística, muita paciência para aguardá-las. Mas o hábito que eu adquirira de redigir pequenos informes me qualificara para esse trabalho, de forma que não tive dificuldades para trabalhar no rádio, atividade que eu desenvolvia na parte da manhã, enquanto à tarde dava expediente nos Correios.

Passsei cerca de seis anos como redator da editoria de jornais falados da Rádio Nordeste. Mas já fazia algum tempo que a emissora passara das mãos do empresário e deputado federal Aristófares Fernandes para as do senador Dinarte Mariz. Com a mudança, tornaram-se mais frequentes e mais fortes as ingerências políticas dentro da redação da emissora. Por razões que não valem a pena esmiuçar aqui, me desentendi com um colega de profissão e fui instado a pedir demissão. Negocieei as condições, inclusive o pagamento dos meus direitos trabalhistas, o que me foi concedido, e deixei a Nordeste.

Mas o fato de ter deixado a emissora de Dinarte não significou o fim da minha carreira jornalística. Pelo contrário, constituiu apenas uma passagem para outra empresa. Dessa vez, para um veículo impresso, o diário A República, onde ingressei por intermédio de Jurandir Barroso, então diretor-geral daquele jornal.

Naquela época – meados de 1950 – a redação d’A República era de altíssimo nível. Além do escritor Veríssimo de Melo como secretário de redação, tinha quadros do nível de um Celso da Silveira, responsável pelo noticiário geral, e de uma Myriam

Coeli, então a primeira jornalista formada da imprensa norte-rio-grandense, com curso na Espanha e recém-integrada à redação. Myriam, que anos depois se casaria com Celso, escrevia matérias mais ligadas à área de cultura e lazer. A jornalista Ana Maria Cascudo era a colunista de música, e Sebastião Carvalho era uma espécie de curinga-atuava em várias frentes. Foi ele quem modernizou a diagramação nos jornais de Natal. Lembro que ele começou a aplicar rudimentos de medição de colunas, textos e títulos, confeccionando o que ele denominava de “espelho” de página, numa época em que não havia diagramação de fato, o que tornava o trabalho redacional uma atividade dificultosa, marcada por interrupções constantes, fosse para cortar determinada matéria, fosse para estendê-la. Os rudimentos de diagramação de Sebastião Carvalho evoluíram, mais tarde, para uma técnica aprimorada que foi, depois, utilizada em muitos jornais natalenses.

Ainda sobre Sebastião Carvalho, corria a opinião unânime no meio jornalístico da época que ele era um profissional versátil e competente e que se mostrara capaz de obter ótimos resultados em atividades não jornalísticas, como o teatro, a crônica, a publicidade. Celso da Silveira, espantado com a versatilidade de Sebastião Carvalho, certo dia disse uma frase que reputo definitiva: “Sebastião, sozinho, era uma redação”.

Além de produzir notícias e reportagens para o noticiário geral do A República, eu mantinha uma coluna intitulada “Ciranda dos sete dias”, que saía às terças-feiras, qual eu fazia um balanço dos principais acontecimentos da semana anterior. Para escrevê-la, eu precisava repassar criticamente os principais e recentes acontecimentos e escolher alguns deles para comentar, o que me forçava a um exercício jornalístico que me serviria ao longo de toda a minha vida profissional.

Quando Aluizio Alves assumiu o Governo do Estado, em 1960, derrotando seu opositor Dinarte Mariz numa das campanhas mais memoráveis da vida pública norte-rio-grandense, minha vida como jornalista sofreria nova guinada: A República seria fechada e eu, forçado a buscar outro veículo de comunicação. Novamente entraram em ação minhas boas relações de amizade. Afonso Laurentino, que era pessoa muito ligada à família Alves, conversou com Waldemar de Araújo, secretário de redação do jornal Tribuna do Norte, e conseguiu que eu fosse para lá. A essa altura da minha carreira, já estava mais “desasnado” e logo me adaptei ao ritmo mais forte da Tribuna, se comparado com o do A República. Comecei na editoria de Polícia, na qual conheci uma das figuras mais curiosas do nosso jornalismo. Refiro-me a Pepe dos Santos, olheiro e rabiscador de notas que eram depois tratadas pela redação em linguagem noticiosa. Mas Pepe não era um rabiscador qualquer; ele fazia desse ofício uma atividade jornalística à parte, tal a precisão e a riqueza de detalhes que punha nas anotações, trazendo os “furos” mais sensacionais e que garantiriam, na manhã seguinte, vendas recordes da Tribuna. De fato, ele sempre chegava à redação, nos fins de tarde, trazendo um monte de anotações colhidas laboriosamente junto às delegacias de Polícia, ITEP e de fontes próprias, notas que depois ele datilografava e entregava ao editor de Polícia para posterior acabamento e ordenamento jornalístico.

Não fui o único jornalista dos quadros do A República aproveitado pela Tribuna do Norte. Sebastião Carvalho e Celso da Silveira logo se somariam à nova redação, contribuindo com seu talento para dinamizar um jornal que estava atravessando uma grande fase, graças ao trabalho de gente como Walter Gomes, Rômulo Wanderley, Woden Madruga, todos sob a batuta do operoso Waldemar Araújo.

Adaptei-me plenamente à redação da Tribuna. Na verdade, mais do que eu esperava, pois quando estourou o movimento de 64 eu respondia pela editoria do jornal, em vista de Waldemar estar convalescendo de uma cirurgia a que se submetera no Recife. Se em situações normais de trabalho eu me sentia pouco à vontade, devido à

pouca experiência que (eu) sentia ter, imagine numa situação extraordinária, como aquela que abalou todo o País, na noite de 31 de março/ madrugada do dia 1º de abril de 1964!

Eu encerrara a edição do jornal que circularia no dia seguinte, dando as informações sobre os agitados acontecimentos da véspera. Por volta das 9h, como de hábito, fui direto para casa, vencido pelo cansaço e pelo estresse naturais a uma redação de jornal, sobretudo a quem ocupava o cargo de editor. Mal, porém, pus os pés na soleira de casa, chegou-me Djalma Barbosa, funcionário da Tribuna, com o recado de que eu precisava retornar à Tribuna imediatamente para refazer a primeira e a última páginas. Eram ordens do Governador, em vista dos acontecimentos que estavam em curso no cenário nacional, prefigurando mudanças radicais nas instituições políticas da nação.

Pus tudo de lado e rumei de volta para a redação. Lá chegando, o governador Aluísio Alves me ligou, colocando-me a par dos últimos fatos políticos: as tropas do general Justino Alves Bastos haviam deixado Juiz de Fora (MG) e se dirigiam para o Rio de Janeiro. Outros detalhes foram sendo acrescentados noite adentro, porque Aluísio, além de Governador era também um homem de imprensa, e dispunha de um excelente serviço de rádio escuta no seu gabinete, o que lhe permitia ir reunindo, junto com seus auxiliares, as informações gerais. Pouco a pouco íamos juntando os detalhes essenciais à reportagem sobre a manobra militar que se arrojava sobre as (frágeis) instituições políticas da nação, e que findaram por abater de um só golpe o enfraquecido Governo João Goulart.

Deixei a Tribuna na manhã do dia seguinte, faminto e sonolento, necessidades que tive de prorrogar para mais tarde, porque tinha um compromisso inadiável: uma missa na Igreja do Rosário, que seria celebrada pelo cónego Luís Wanderley, meu ex-professor de latim e juramentado, embora fosse um homem de boas intenções, como sucede frequentemente com essas pessoas. A missa era comemorativa do primeiro aniversário da nova Diretoria dos Correios, da qual eu fazia parte. Mas, indiferente às nossas convicções políticas, cónego Wanderley aproveitou o sermão para tecer loas ao que qualificou de “revolução redentora” que se produzira no dia 31 de março. Eu sabia, porém, que os momentos decisivos do ato golpista se deram mesmo na alvorada do dia 1º de abril, mas (que) esse fato jamais seria admitido, por razões que dispensam comentário...

4. Da “Intentona” aos comunistas

A revolução comunista de 1935 entrou em minha vida quando, do quintal da casa de meus pais, que ficava na Praia da Limpa (hoje bairro de Santos Reis), brincando com uns amigos, ouvi disparos de tiros de arma de fogo. Eram os soldados do 21º batalhão que tinham se sublevado e, guiados por ideais socialistas, tomaram o quartel da cidade, localizado no bairro da Cidade Alta. A troca de tiros foi intensa e durou três dias, resultando na morte do soldado Luiz Gonzaga, além de ter deixado muitos feridos de ambos os lados da refrega.

Em outros pontos da cidade os comunistas se fizeram conhecer, e, no fim da tarde do dia 23 de novembro, início do movimento, um governo popular revolucionário assumiu os destinos da cidade. Pouco a pouco, os natalenses foram se refazendo do choque sofrido pelo inacreditável acontecimento, do qual muitos se deram conta dentro de suas próprias casas. Além do mais, quem poderia prever os desdobramentos de um fato político daquela magnitude, sem precedente na história do Estado?

Por essa razão, os três dias de duração da chamada “intentona” foram (dias) de pânico, de muita correria pelas ruas, boatos de toda espécie. Medo! Sitiado em casa, a nada assisti, porque meu pai, severíssimo, me manteve sob ordens estritas de não sair para a rua, sob nenhum pretexto.

Eu tinha quinze anos de idade em 1935 e, embora morto de curiosidade para saber dos acontecimentos que estavam sacudindo o marasmo da então pacata Natal, não tinha uma noção muito clara do que fosse ser comunista. Sabia, apenas, que não era uma coisa boa, pelas observações e imprecações que meu pai dirigia contra eles, fosse respondendo a uma pergunta da minha mãe, fosse provocado por alguma visita, aliás, coisa frequente durante o brevíssimo “governo popular revolucionário” que tomou de assalto a cidade.

Meu pai devia estar mais bem informado sobre tudo o que acontecia de importante na cidade, até porque ele trabalhava numa repartição federal, aonde as notícias chegavam com mais rapidez. Talvez por isso nos passasse, além do temor dos comunistas, a convicção de que o movimento não prosperaria, entre outras razões, porque não tinha apoio popular. “O povo de Natal não simpatiza com comunistas e logo que esse tal de governo popular revolucionário for deposto, aí é que não vai querer conversa com eles”, ouvi meu pai comentar em conversa com um amigo que o visitou no segundo dia do movimento.

A lembrança mais nítida que tenho desses três dias é de uma sucessão de rostos estranhos – homens, mulheres, meninos e meninas – que chegavam à nossa casa, visivelmente nervosos, agitados, temendo o pior dos cenários: a continuidade do governo dos comunistas. Meu pai era logo questionado sobre essa possibilidade e sua resposta era clara: o movimento não duraria nem uma semana. Minha mãe, por via das dúvidas, sempre recorria aos seus santos e se refugiava nas orações. De minha parte, eu procurava ouvir o máximo que podia das conversas dos adultos, principalmente os comentários que meu pai fazia à noite, depois de se informar dos últimos acontecimentos pelo rádio.

Outro fato de que me recordo é que as aulas foram interrompidas nas escolas da cidade até que a ordem fosse restaurada. De minha parte, como nessa época eu estudava em casa, recebendo lições do professor Fagundes e que eram reforçadas por meu pai, que fora professor primário, preparando-me para o curso de admissão do Ateneu, não

tive mudanças impactantes na minha rotina, afora o fato de ter de permanecer em casa “de castigo”. Não seria de admirar se eu passasse a ter uma verdadeira ojeriza de comunista. E isso realmente aconteceu. A partir daquele acontecimento, comecei a comungar na cartilha do preconceito político, mas o fazia por inexperiência, desinformação e imaturidade, conjugando comunista como “comedor de fígado de criancinha” e outras aberrações amplamente divulgadas pela imprensa e pelo “sistema”, como se dizia naquela época, referindo-se àquilo que, nos anos 1960, o presidente Jânio Quadros denominaria de “forças ocultas”.

Quando passei a conhecer de perto alguns verdadeiros comunistas, minha opinião foi se modificando substancialmente. O que não me convenceria, porém, do acerto de suas ideias, sobretudo da ideologia da revolução das massas com vistas à implantação de um governo comunista. Eu discordava sobretudo do método, ou melhor, do meio para se alcançar o tal estado de coletivização da propriedade e dos meios de produção e outros dogmas “vermelhos”: a revolução das massas.

Mas o fato de ter sido preso, em 1964, e posto numa cela juntamente com militantes de esquerda como Djalma Maranhão, Vulpiano Cavalcanti, Evlim Medeiros, e Aldo Tinoco, sem falar que a Coluna Prestes se tornara motivo de admiração das esquerdas brasileiras, acenando com uma possibilidade de mudanças sociais, políticas e econômicas, eu não poderia ficar indiferente a acontecimentos como esses, tão significativos na vida política brasileira. Essas pessoas me fizeram reconsiderar minhas opiniões sobre o comunismo, tendo em vista o grande desprendimento de que eles davam provas, além de serem um exemplo de dignidade, coerência e convicção política. E não demorou a que eles ganhassem minha mais irrestrita admiração.

Mas foi com Luiz Maranhão que me identifiquei mais, politicamente. Ele tinha um jeito diferente de ser comunista: quase não fazia proselitismo, o que explica o fato de pessoas como Ulisses de Góis e Moacyr de Góes, dois “catolicões” irreduzíveis, o terem entre seus grandes amigos.

Logo depois de eleito Deputado Estadual pela Aliança Popular Nacionalista, em 1958, Luiz Maranhão se envolveu com uma de suas paixões, o cooperativismo, que havia conhecido em sua viagem à União Soviética. Queria dinamizar a Cooperativa de Pescadores das Rocas, e convidou para presidente justamente seu amigo Ulisses de Góis. Não é pouco dizer que Ulisses era, à época, presidente da Congregação Mariana e diretor do jornal católico A Ordem. A diretoria da entidade ficou com um católico na presidência e um comunista na vice! Cheguei a assistir a posse dessa insólita dupla na cooperativa.

E com quem Luiz discutia filosofia? Com o outro Góes, o Moacyr, que fora Secretário de Educação na segunda gestão de Djalma Maranhão na Prefeitura de Natal. Luiz conhecia o filósofo Nietzsche muito antes de ele virar moda, e costumava fazer comentários sobre sua obra. Uma das coisas que dizia, para explicar sua paixão por Nietzsche, era uma curta sentença: “Tem um sol brilhando em tudo o que ele escreve”. Ele refutava com veemência a ideia de que Nietzsche tivesse inspirado os totalitarismos de sua época, como o nazismo e o fascismo.

Recordo que Luiz foi um dos palestrantes do célebre ciclo de conferências promovido pelo Ateneu Norte-Rio-Grandense, no ano de 1943, na gestão do diretor Alvarado Furtado de Mendonça. O evento reuniu a nata dos estudantes desse colégio. Dentre estes, Antônio Pinto de Medeiros, Rivaldo Pinheiro, João Wilson Mendes Melo e o próprio Luiz Maranhão, cuja palestra enfocou a figura de Nietzsche e sua imortal criação Zaratustra. Como resultado disso, Luiz passou a ser visto como um estudante diferenciado, dotado de conhecimentos que extrapolavam em muito a média dos seus colegas de estudos.

Meu catolicismo também não foi obstáculo no meu relacionamento com Luiz Maranhão. Encontrei-o nas lutas da Frente Ampla, a favor da candidatura do marechal Lott, e logo nos aproximamos um do outro. Eu gostava de ouvir Luiz repetir uma frase do filósofo francês Roger Garaudy, que resumia o conjunto de suas crenças: “O outro mundo é apenas este mundo que será outro”. Para mim, embora católico, a frase dizia o essencial, ou seja, que era preciso mudar este mundo, transformando-o num mundo melhor. Era essa a nossa utopia coletiva e a perspectiva da minha luta e da luta de todos os companheiros que passavam pelos cárceres e grotões infernais da ditadura, às vezes ao preço da sua própria vida. Acreditávamos firmemente que qualquer sacrifício valeria a pena para se mudar o país. Nesse ponto, acho que ninguém levou mais longe a sua luta do que Luiz, nem pagou um preço mais alto. Leitor de Nietzsche e de Sartre, de Machado de Assis e de José Lins do Rego, não conheci outro comunista com mais cultura do que ele.

Minha visão religiosa significava, já àquela época, que eu não concebia que alguém pensasse em viver sem Deus. Para mim, Deus era uma referência indispensável, tanto espiritual quanto filosoficamente. Além do mais, minha religião não admitia que se pregasse uma doutrina declaradamente atea e que só poderia se materializar mediante uma grande carnificina social que era camuflada pelo eufemismo de “revolução do proletariado”. Aliás, na prisão descobri que Vulpiano Cavalcanti, por exemplo, não era ateu; seria, no máximo, agnóstico, e não se furtava a falar desse assunto ou de qualquer outro, se manifestando sempre com ideias claras e firmes. Quem quer que o conhecesse, de imediato era conquistado pela personalidade forte que ele tinha e que fazia dele um dos homens mais corajosos de quantos passaram pelos cárceres do fascismo tupiniquim daqueles dias.

Por isso, continuei um livre pensador, posição política que sempre preservei por considerá-la a mais condizente com a minha visão de mundo, além de mais próxima das minhas convicções religiosas. Isso não impediu que alguns “dedos-duros” dos Correios garantissem que eu era comunista de carteirinha, o que os levou a me denunciarem aos militares de 64, até com um certo açodamento, coisa que terminou sendo mal vista até pelos agentes da inteligência do Exército, como fiquei sabendo mais tarde. O coronel Cleanto Siqueira, por exemplo, chegou a dispensá-los, argumentando que não havia necessidade de eles o procurarem. Já devia estar percebendo que havia mais armação do que fatos por trás das denúncias que faziam contra a minha pessoa.

Em matéria de “deduração”, porém, não fui a única vítima. Pelo contrário, essa foi uma prática que os algozes fardados estimularam e que encontrou muitos “talentos” na nossa fluída sociedade civil. A sucessão de prisões que acontecia a cada dia que passava, só reforçava essa certeza. Creio até, que a chamada revolução de 64 não teria durado nem dois anos, quanto mais vinte, sem os dedos-duros voluntários que atenderam ao primeiro chamado dos quartéis.

Nem por isso deixei de admirar a luta dos comunistas e o sacrifício que eles fizeram pelo Brasil em defesa de seus ideais, pagando, muitas vezes, com a própria vida.

Com base na minha própria experiência de preso político, notei que as diferenças ideológicas entre comunistas e não comunistas eram pouco a pouco anuladas no interior das masmorras das casernas. Ali, todos eram brasileiros, nacionalistas e internacionalistas, visando unicamente ao bem do Brasil, embora diferenças ideológicas os colocassem às vezes em posições opostas.

Assim, se nunca fui comunista, jamais renunciei às minhas ideias de homem de esquerda, razão por que fui preso e perseguido pela “Gloriosa”. Não podendo entrar no

Partidão, apesar de todo o *glamour* que irradiava nacionalmente o seu líder Carlos Prestes, o “Cavaleiro da Esperança”, nas palavras de Jorge Amado, fiz algumas opções partidárias ao longo da vida. Como me identificava com a tradição trabalhista do PTB de Getúlio Vargas e Leonel Brizola, entrei para esse partido na época do Governo João Goulart. O convite me foi feito pelo Deputado Estadual Clóvis Motta, então presidente regional do PTB no Estado.

O golpe de 64 conseguiu um feito inédito na vida pública brasileira: fez a esquerda não comunista e os comunistas deixarem de lado suas diferenças históricas e ideológicas e se aliarem na defesa da liberdade.

5. Nos calabouços da “Redentora”

Encerrada a missa oficiada por cónego Luís Wanderley, com suas alusões tímidas, mas sempre elogiosas à “Revolução de 31 de março”, sai com alguns colegas para uma festividade nos Correios alusiva à passagem do primeiro ano de gestão da nova diretoria da instituição. A festa, cujo lugar me fugiu de todo da memória, transcorreu num clima de descontração, apesar do quadro de inquietação que reinava lá fora. Lembro até que houve quem tivesse dado vivas ao Governo João Goulart (já deposto na véspera, pela força), desafiando a nova ordem emanada dos quartéis.

No fim da tarde, de volta à redação da Tribuna, não precisei mais das informações privilegiadas que o governador Aluizio Alves poderia me passar em primeira mão, porque, a partir daquele dia 2 de abril, a censura passou a vigor em todos os meios de comunicação do país, a princípio de forma tímida e envergonhada. Mas, com o passar do tempo, os senhores censores começaram a mostrar o rosto autoritário, o que, aliás, estava em perfeita sintonia com o espírito do *establishment*, cujo núcleo se deslocara das instituições clássicas da República, ou seja, os Três Poderes, para o interior dos órgãos de repressão e dos conchavos inacessíveis à sociedade civil.

Portanto, não fazia diferença para mim se a informação de caráter nacional fosse política, econômica ou o quê; viesse da Agência Estado, da UPI ou da Associated Press, da Reuters ou da France Presse, porque tudo tinha de passar pelo crivo dos censores. E nada do que fosse censurado poderia ser publicado, sob pena de graves prejuízos para o veículo infrator.

Mas meus dias de liberdade estavam no fim. Na tarde do dia 7 de abril, uma patrulha do Exército invadiu a agência dos Correios, onde eu trabalhava pela manhã, e deu voz de prisão a mim e a outros colegas de trabalho, dentre eles, José Fernandes Machado, Itan Pereira e José Antônio da Silva, este último, chefe do setor postal. Dos quatro, só eu e Zé Fernandes “fomos em cana”. Os demais foram soltos no mesmo dia, após prestarem declarações.

No dia 8, começaram a chegar outros presos políticos. O primeiro deles foi o livreiro Carlos Lima, com quem eu trabalhara na “Folha da Tarde” como colunista. Na época, uma das minhas preocupações era a campanha “O Petróleo é Nosso”, lançada pelo escritor Monteiro Lobato. Esse assunto foi tema de algumas colunas que escrevi para o “Folha da Tarde”.

Em seguida, foi a vez dos irmãos Paulo e Guaracy Oliveira, acadêmicos de Direito. A primeira reação que esboçaram foi a de desconfiança com relação às paredes das celas. Eles temiam que elas contivessem microfones embutidos ou outro sistema de escuta. Assim, nos primeiros dias mal falavam entre si, temendo novas acusações acrescentadas a seus processos.

Dali a mais 20 dias, a sorte soprou a meu favor, e pude deixar a carceragem do 16º Regimento de Infantaria-RI.

Mas a ida para casa não foi prá valer, porque doze dias depois, novamente durante o meu expediente, no horário matutino, outra patrulha do Exército me recolheria à carceragem do 16º RI. Dessa vez, por um período de dez longos meses, que só terminaram com um *habeas corpus* impetrado pelo jurista Ítalo Pinheiro, no dia 19 de março de 1965.

As razões da minha prisão não divergiram, no essencial, das dos demais companheiros que se revezaram pelas celas do 16º RI e de outros calabouços destinados

aos então chamados “comunistas” ou “subversivos”. Subversão e desrespeito aos militares, participação em comitês da campanha “O Petróleo é Nosso”, delação verbal, não importando se autêntica ou forjada. Qualquer um desses motivos era suficiente para levar à prisão um cidadão brasileiro naqueles dias de fúria e intolerância.

Tivesse vivido a experiência do cárcere em total solidão, creio que ela me teria levado ao desespero. Mas, felizmente para mim e para meus companheiros de desdita, não havia celas suficientes nos quartéis para abrigar prisioneiros políticos individualmente. E a cada dia que passava, duplicava e triplicava o número de “subversivos”, genuínos ou inventados pelo arbítrio, que precisavam ser acomodados nelas. Em vista disso, estabeleceu-se desde os primeiros dias de reclusão um forte sentimento de afinidade e companheirismo entre nós. Em alguns casos, esses sentimentos deram lugar a grandes amizades. Durante os dez meses em que estive prisioneiro no 16º RI, em pelo menos seis meses tive alguns colegas fixos, como o ex-secretário de Educação de Djalma Maranhão, Moacyr de Góes. Nesse período, discutimos, divergimos, convergimos, debatemos os mais diversos assuntos. Daí resultou uma amizade que só fez crescer na liberdade.

Uma crônica típica daquela época envolveu o fato de que, ao ser preso, a mulher de Moacyr estava com gravidez bem avançada. A criança nasceu, portanto, com o pai na prisão. Esse fato levou Moacyr a uma profunda depressão, o que nos preocupou de modo especial. Para retirá-lo do torpor, passamos a discutir entre nós o nome que deveria ser dado ao “herdeiro”, chegando alguns a proporem os nomes de Fidel Castro ou Che Guevara. Muito católico, Moacyr decidiu ali mesmo no cárcere, homenagear uma das suas grandes admirações francesas, que era o escritor também católico Léon Bloy. O filho, portanto, ganhou o nome de Léon (atualmente, destacado nome no cinema e da televisão).

Djalma Maranhão, o prefeito cassado e injustiçado que morreria no exílio uruguaio em 1971, vítima de uma saudade de sua terra que ele não conseguia mais suportar, foi nosso companheiro diário de cárcere, durante vários meses, nos ajudando a compreender a dimensão e a magnitude dos acontecimentos que nos assaltavam diariamente, graças à sua arguta visão política. Habitualmente, Djalma nos dava lições de vida, nos infundindo ânimo para suportar os dias e noites sem liberdade.

Quando a essas conversas se somaram companheiros como Aldo Tinoco, o pai, Carlos Lima, Paulo Frassinetti, Meri Medeiros, Guaraci Queiroz, Vulpiano Cavalcanti, Geraldo Pereira (telegrafista dos Correios e advogado das Ligas Camponesas no Rio Grande do Norte), o líder sindical Evlim Medeiros, a cela, que até então parecia imensa, de tão larga, ficou pequena. Em compensação, nossas conversas ganharam nova dimensão e profundidade, cada qual apresentando sua experiência de vida, dando o seu testemunho, reforçando as convicções de cada um no acerto das nossas posições políticas e nossa visão de mundo, que preconizavam um mundo melhor para todos os homens de boa vontade. Na república com a qual sonhávamos e pela qual lutávamos, inclusive ali no cárcere, sabíamos que a razão da justiça estava do nosso lado. Portanto, aquele pesadelo também passaria.

Eu sabia também que o nosso grupo de prisioneiros políticos não era o único a lutar pelas liberdades democráticas. Nomes como os de Juliano Siqueira e Luciano Almeida, entre outros, verdadeiros exemplos de heroísmo cívico nacional, eu só os conhecia por ouvir falar, e sabia que eles lutavam nas fileiras de frente da liberdade. Sabia também o quanto tinham padecido em cárceres mais sombrios do que os em que fui enfiado, juntamente com meus companheiros. Eu já os admirava desde esse tempo.

Quando retornei de São Paulo, aposentado dos Correios, pude, finalmente, conhecer Juliano e Luciano, e, ao conhecê-los, passei a admirá-los ainda mais. Devo a ambos, além da honra de tê-los entre os meus amigos, o privilégio de ter, do primeiro, um posfácio no meu “...e lá fora se falava em liberdade”, e, do segundo, a orelha desse mesmo livro.

Voltando aos meus tempos prisionais, vejo hoje que esse não foi um período marcado só de más lembranças. Para ser mais exato, diria que houve lugar nele até para uma nota de ironia, uma espécie de mote daqueles tempos, com evidentes resultados contraditórios. Refiro-me ao dia em que fui surpreendido na minha cela por um anúncio que se fazia lá fora, por meio de um alto falante: “Venham todos hoje, às 16 horas, em frente à catedral, para agradecer a Deus por ter-nos livrado do comunismo e nos dado a liberdade”. A ironia daquele apelo contraditório era flagrante em mim próprio. Mas não só em mim. Centenas, milhares de brasileiros naquela mesma hora estavam impossibilitados de comparecer à tal convocação, bem como de agradecer a Deus pelo dom da liberdade. Exatamente por estarem privados dela. De fato, esses excluídos da liberdade sofriam sob o jugo de uma ditadura fascista, enquanto lá fora se falava em liberdade... Essa nota de contradição foi a tônica do depoimento que escrevi sobre minhas memórias do cárcere, publicadas em 2001 e que tiveram o título de “...e lá fora se falava em liberdade”.

Quanto ao que mais me magoou como prisioneiro político, digo, sem vacilar, que foi a delação de colegas de repartição; mais do que a delação, o júbilo que li nos rostos de alguns deles, quando um tenente do Exército veio com a missão de me conduzir ao 16º RI, fato que foi confirmado por minha mulher na época, Doralice Varela, também funcionária dos Correios. Como se não bastasse o fato de se rejubilarem com minha desgraça, ainda se acharam no direito de me tacharem de “cínico” por eu ter tido a hombridade de dizer, em alto e bom som, diante de todos eles, que recebia com tranquilidade mais outra prisão, por ser um homem limpo, o que não acontecia com os que estavam agora “puxando o saco dos paus-mandados da repressão”.

Em compensação, Dora, como eu costumava chamar Doralice, me apoiou incondicionalmente e me visitava religiosamente todos os sábados, quando tínhamos permissão de receber visitas no cárcere.

Em 11 de março de 1966, meu advogado, o jurista Ítalo Pinheiro, conseguiu um *habeas corpus* em meu favor, transformando a prisão celular em prisão domiciliar. Assim, eu tinha de me apresentar toda quarta-feira ao quartel-general. De volta aos Correios, fui transferido para São Paulo, em junho de 1966. Lá, eu começaria uma nova fase na minha vida profissional, com experiências no radiojornalismo, na imprensa escrita, mas também no setor empresarial.

Cheguei a São Paulo num dia de São João, e embora nenhum balão cruzasse os céus, o que seria impensável numa metrópole com aquelas dimensões, havia um ar de festa junina em toda a cidade, o que eu atribuí à grande migração de irmãos nordestinos para a “pauliceia”. Isso me trouxe de imediato à lembrança o clima daquelas festas no Nordeste nessa época. Havia arraiais, barracas com comidas típicas nordestinas, Luiz Gonzaga cantando xotes e forrós nos sistemas de alto-falantes instalados nas praças; não faltou nem mesmo uma quadrilha junina imitando a tradicional indumentária matuta que rapazes e moças costumam usar nessas ocasiões no interior do Nordeste. Devido a isso, senti-me um pouco em casa.

Era noite fechada quando cheguei à pensão onde ficaria nos primeiros dias paulistanos. Era uma hospedagem popular, mas isso não me preocupou, porque a localização compensava o sacrifício do conforto, por ficar nas proximidades da Praça da Sé, referência importante para mim, porque o prédio dos Correios onde eu iria trabalhar

jazia naquelas imediações. Dias depois, mais familiarizado com a cidade, me mudei para uma pensão mais confortável, na Rua da Aurora. Quando a família chegou, consegui casa no bairro das Perdizes.

6. Tributos pagos ao belo sexo

Tenho coisas mais pessoais a falar agora. E já deparo com um sério obstáculo: minha timidez. E quando se trata de falar do meu relacionamento com o belo sexo, então a timidez parece aumentar. Mas comecemos, já que esse é um assunto incontornável no conjunto destas memórias.

Minha juventude transcorreu numa época e num lugar marcados por diferenças muito acentuadas, quando comparadas às de hoje. A Natal de então era uma cidade provinciana ao extremo, onde os seresteiros eram perseguidos como malfeitores e onde um baile de carnaval tinha que ter permissão prévia da polícia de costumes, para que pudesse ser realizado sem risco dos seus organizadores irem “em cana”.

Somada ao provincianismo do meu entorno, minha timidez natural não encontrava oposição forte do meio em que cresci. Em consequência, minhas relações com as moças da minha geração eram reservadas e esporádicas, já que havia poucos lugares que rapazes e moças pudessem frequentar juntos a fim de se conhecerem e, eventualmente, namorarem.

Além do círculo de amizades familiares, tinha a boemia dos bares. Mas nessa época, moças de família (como se denominavam as casadouras) não frequentavam bares, para não “ficarem faladas”. O conselho mais comum, a esse respeito, que as mães costumavam dar a suas filhas, era este: “Boa romaria faz, quem em sua casa está em paz”. Quanto aos pais, severos e superiores, não admitiam que suas filhas solteiras sáíssem sozinhas, especialmente à noite.

A vida social natalense, na primeira metade do século passado, era marcada por poucas opções sociais. Havia o Teatro Carlos Gomes, inaugurado em 1904, pelo Governador Alberto Maranhão – e que ganharia, mais tarde, o nome desse homem público – localizado em pleno coração do bairro da Ribeira, então o centro social e comercial da cidade. A Ribeira era também o bairro dos “canguleiros” (comedores de peixe cangulo) em oposição aos “xarias”, da Cidade Alta, que comiam xaréu... Havia ainda os clubes, eminentemente masculinos, como o Natal Clube, na Avenida Rio Branco, onde funcionou mais tarde o Banco Nacional e hoje opera uma loja de confecções. E bares, como a “Confeitaria Delícia” na esquina com a Rua Coronel Bonifácio, do português Olívio Domingues, e o Restaurante do Nemésio, em Petrópolis. O Grande Hotel, na Ribeira, oferecia em seu sofisticado mezanino apresentações da orquestra da casa que tocava os grandes sucessos da época. No hall, o pianista Paulo Lyra tocava para os casais dançarem ou simplesmente conversarem ao som de uma música agradável e suave. Sempre impecavelmente vestido num terno branco de linho, Paulo Lyra às vezes resgatava ao piano o repertório de músicas que animaram as sessões dos cines Politeama e Royal, e que ele aprendeu a tocar quando ainda não passava de um menino travesso, mas cujo talento musical já o distinguia dos seus colegas de travessuras. Outras vezes, ele mesclava o repertório com músicas brasileiras e internacionais, numa receita que sempre agradava ao público frequentador do Grande Hotel, em geral gente da classe média alta natalense e hóspedes sulistas ou estrangeiros. Muitos destes já estavam familiarizados com a arte do famoso pianista natalense.

A partir da operação de guerra que trouxe os americanos para Natal, em princípios de 1941, a mansidão que caracterizara a vida natalense iria passar por uma mudança radical. Em especial, o modo de vida. Acho que a maior herança deixada pelos americanos aos natalenses não foi, porém, uma nova maneira de viver, como alguns sociólogos apressados têm defendido. Acho que a maior herança foi a oportunidade que

tivemos de conhecer um pouco da cultura deles que, já naquela época, não era de todo desconhecida para nós, haja vista que os filmes produzidos em Hollywood eram familiares aos natalenses desde a década de 1920. Com ela, vinham os musicais da Broadway, as *big bands*, como as de Glenn Miller, Benny Goodman e Tommy Dorsey, os grandes cantores como Frank Sinatra, Billy Holiday, Nat King Cole etc. Houve uma troca cultural nesse contato com os americanos, mas não estou certo se eles assimilaram mesmo algo da nossa cultura.

Minha educação sentimental foi, portanto, lenta e cautelosa. Tive vários “flertes”, como se dizia na época, mas só dei o passo decisivo em 1951, aos 31 anos. Casei com Doralice Augusto Varela, viúva com um casal de filhos, cunhada do influente médico e político Abelardo Calafange. Os filhos de Doralice, à época, adolescentes, eram Marília e Rodrigo. Marília Varela de Azevedo Santos, casada com Manuel de Santos, tem três filhos e mora no Rio de Janeiro. Rodrigo Varela de Azevedo reside em Londrina, Paraná, desde muito jovem, onde casou e tem cinco filhos.

As circunstâncias em que conheci Doralice foram as mais comuns na sociedade de então: uma festa em casa de amigos. Pouco tempo depois, já na condição de minha esposa, ela iria ser também minha colega na agência dos Correios na qual eu trabalhava, situada no bairro da Ribeira.

Vivemos juntos durante 14 anos, até que o divórcio nos separou oficialmente. Nesse período tivemos três filhos: Isabela, Rosana e Júlio Mário.

O fim do nosso relacionamento se tornou evidente no período que moramos em São Paulo. Nossos filhos, já crescidos e se iniciando vida profissional, demandavam menos cuidados de nós, nos obrigando a encarar aquilo que tentávamos encobrir de nós mesmos: nossas diferenças, incompatíveis. A separação veio em 1971, quando um irmão de Dora, que morava no Rio de Janeiro, adoeceu gravemente, levando-a a se transferir para a residência dele a fim de prestar-lhe os cuidados necessários requeridos pela enfermidade. Com ela, foram nossos três filhos.

Meses depois, Dora também voltou para Natal, mas veio só, porque nossos filhos haviam tomado seus próprios caminhos: Rosana já estava residindo na cidade, na casa de sua tia Giselda, mulher do professor José Melquíades, ex-seminarista que deixou o seminário muito jovem e que tinha no ensino do latim e do inglês seu principal sustento; Isabela estava empregada no Rio, e ficou morando com a sua meia-irmã Marília, do primeiro casamento de Doralice, enquanto Júlio Mário ficou em Londrina, Paraná, com seu tio José Júlio, irmão de Doralice.

Durante os meus dias de cárcere, ela se revelou uma companheira dedicada e compreensiva e jamais me censurou ou me reprimiu por essa ou aquela atitude de natureza política que eu tivesse tomado e que porventura tivesse sido a causa da minha desdita. Fazia questão de não se envolver em questões políticas, que não lhe interessavam e que fugiam ao foco dos seus interesses. Sua única queixa, quando me visitava na prisão – o que sempre acontecia aos sábados à tarde –, era do tratamento grosseiro da parte dos militares responsáveis por receber os visitantes e encaminhá-los até os prisioneiros.

Viajamos para São Paulo em 1966, e logo recomeçaram as discussões entre nós, a pretexto de qualquer coisa, pelos motivos mais fúteis. E como, em situações assim, algo precisa acontecer para que a gente possa respirar e sair do impasse que nos sufoca, apareceu uma oportunidade de ela ir passar uns tempos no Rio de Janeiro, para cuidar do irmão doente.

Resolvi pedir divórcio a Dora já quando de sua volta para Natal, porque cheguei à conclusão de que o desgaste da nossa relação não justificava a continuidade de nossa vida em comum. Inevitavelmente, novos desgastes se somariam aos antigos e iriam

tornar nossa relação intolerável. Para poupar a mim e a ela desse ônus, resolvi que o divórcio seria o melhor remédio, mesmo sabendo que a princípio ela não concordaria. Eu tinha esperança, porém, que com o tempo ela iria aceitar.

Eu me enganara, porém. Dora reagiu com indignação à proposta, alegando razões religiosas, morais... Para efetivá-lo, tive de enfrentar sua recusa, o que tornou o processo mais lento, doloroso e traumático. Nossos filhos, no entanto, procuraram ficar equidistantes do litígio de seus pais e tentaram se mostrar compreensivos, o que pelo menos minorou os traumas do processo.

Quando ao fim de múltiplas atividades no serviço público, bem como em jornais e empresas de comunicação, me aposentei dos Correios em 1972, resolvi voltar para Natal. Retornei só, e ao chegar, voltei a morar na companhia de meus pais.

É indescritível a alegria com que eles me receberam depois de tantos anos de ausência. Já velhinhos, meus pais temiam que não voltassem a me ver, devido à minha longa permanência em São Paulo e que havia rompido os laços filiais que me uniam a eles.

No início dos anos 1990, Dora regressou para Natal, já aposentada dos Correios. Nos primeiros dias, ela alugou uma casa, depois foi para o pensionato de Waldemar Matoso, um espírita que exercia uma grande liderança sobre muitas pessoas, graças a seu trabalho filantrópico realizado no seu pensionato, bem como às suas ações sociais e religiosas. Quando Dora adoeceu, foi para a companhia de sua filha Rosana, então casada com o médico Marcos Antônio Pereira da Costa. Dora faleceu sob o amparo dessa filha.

Nesse ínterim eu e Lourdinha (Maria de Lourdes Pereira Damasceno) – já vivíamos maritalmente, embora não tivéssemos formalizado nossa relação, o que faríamos em 1997. Passou a se assinar Maria de Lourdes Pereira de Macedo. Eu já estava divorciado de Doralice desde 1973.

Lourdinha era viúva e tinha duas filhas: Viveca Damasceno, socióloga e hoje funcionária da Caixa Econômica Federal e Virna Soraya Damasceno, bacharel em Direito e auditora fiscal do Ministério do Trabalho e Emprego, Coordenadora do Grupo de Repressão ao Trabalho Escravo (Grupo Móvel). Filhas do (primeiro) casamento de Lourdinha com Francisco Canindé Damasceno, sobrinho do professor Celestino Pimentel. Damasceno professor de inglês trabalhou na empresa Washang, uma mineradora sino-americana. Sua admiração pela Suécia o levou a dar à primeira filha o nome “Viveca”, sueco, e que se escreve com “k”. Mas aí ele fez uma concessão ao nosso idioma, substituindo o “k” pela letra “c”.

Quando comecei a trabalhar no Diário de Natal, conheci Viveca, que trabalhava como diagramadora desse jornal. Lourdinha costumava ir buscar a filha na redação, à noite. Suas visitas deram ensejo a que nos conhecêssemos. Em seguida, começamos a sair juntos sempre que um evento jornalístico me solicitava e eu podia encaixar Lourdinha no programa. Naturalmente, eu tinha que levar em consideração também o trabalho de Lourdinha, nessa época, lotada na Secretaria de Finanças do Estado (hoje Tributação), de onde se aposentou no Governo Geraldo Melo.

7. No burburinho da Praça da República

Faço aqui um retrospecto da minha experiência de vida em São Paulo, que precedeu meu divórcio e sucedeu ao meu período prisional. Crise conjugal, separação, aposentadoria, regresso ao rádio e à redação jornalística, tudo isso no período de cinco anos e meio – de junho de 1966 a janeiro de 1972. Deixei Natal no dia 24 de junho de 1966, depois de uma longa e desgastante luta contra a Ditadura, quando finalmente conquistei o direito de ir e vir e fui finalmente reincorporado ao meu emprego nos Correios. Considerando, porém, que foi a partir de lá que se engendrou a campanha difamatória e caluniosa contra minha pessoa, culminando com minha prisão por onze sombrios meses, não havia clima para que eu me integrasse outra vez na seção na qual trabalhara durante anos, na Ribeira. Em vista disso, a diretoria dos Correios decidiu me transferir para São Paulo. Sem me ouvir. Não protestei, todavia, porque vislumbrava novo recomeço de vida numa cidade que palpitava oportunidades para quem estivesse disposto a procurá-las. E, nessa época, retemperado pela reconquista das minhas liberdades civis fundamentais, eu via a chance de residir em São Paulo muito mais como prêmio do que punição. Foi com esse estado de espírito que embarquei para lá.

Viajei só. Dora e os meninos ficaram em Natal até que eu montasse casa em São Paulo. Como fui relotado na agência-centro, na Avenida São João, situada nas imediações da Praça da República, popular bairro do Centrão paulista, me instalei provisoriamente num hotel das cercanias. A experiência de viver só na grande metrópole brasileira, e justo num dos lugares mais movimentados, ajudou-me a compreender um pouco o grande fascínio que essa cidade exercia sobre a minha geração, levando milhares de nordestinos a se aventurarem nos paus-de-arara em busca de trabalho. A figura do nordestino estava em toda a parte: atarracado, andar balanceado, olhar oblíquo, de pouca conversa quando sozinho, mas muito falante em grupo, era uma presença constante entre os transeuntes da Praça da República, fosse para tomar o ônibus ou comer uma comida ligeira num bar ou birosca do Largo do Arouche ou imediações.

Meu horário de trabalho era das 18h às 24h. Isso me permitia dispor do turno da manhã ou da tarde para outra atividade. Quando Dora e os meninos chegaram, eu estava trabalhando no escritório da Kelson's, uma loja de bolsas femininas. Montamos casa em Perdizes, bairro de classe média, embora eu continuasse trabalhando no Centrão. Dessa vez, porém, Dora não me acompanhava ao trabalho, embora estivesse lotada na mesma agência dos Correios, porque trabalhava em outro horário.

Como o meu horário diurno estava livre, passei a fazer “bicos”. Um deles foi vender livros, experiência que foi breve, mas interessante. Li no jornal que firma tal procurava vendedor para uma coleção de livros escritos pelo ex-presidente Jânio Quadros em parceria com o escritor Afonso Arinos de Melo Franco. A coleção se chamava: “História do povo brasileiro”, e era editada pela J. Quadros Ed. Culturais, em seis volumes. Eu nunca tinha vendido livros e, embora tímido, consegui vender numa semana dez coleções. Mas a experiência acabou logo, porque me apareceu outro trabalho dentro da minha profissão.

Em conversa com um colega da Kelson's que também trabalhava na Rádio Piratininga, fiquei sabendo que havia uma vaga para redator de radiojornalismo na emissora. Ele me sugeriu que fosse naquele mesmo dia à rádio, na Rua 24 de Maio, que ficava nas proximidades da Praça da República, e falasse com o diretor de radiojornalismo Amaury Vieira, um alagoano que fazia muito sucesso no rádio paulista naquela época. Meu encontro com ele foi breve. Quando soube que eu tinha tido experiência de rádio em Natal, me propôs que eu comesse a trabalhar no dia seguinte, no noticioso denominado "Rotativa no ar". O inconveniente que eu via era trabalhar da meia-noite às 6h da manhã. Mas, pesei os prós e os contras, e topei a proposta.

Meu trabalho consistia em redigir as notícias do radiojornal "Rotativa". Para isso, eu dispunha das diversas matérias que haviam sido veiculadas na véspera pelos outros noticiosos da emissora. Mas o que dava atualidade ao noticiário eram os jornais que começavam a chegar pela madrugada nas bancas da Praça da República. Eu precisava apenas me dirigir a uma delas para comprar jornais "quentinhos", que eu lia em primeira mão e cujas matérias principais eu resumia para o radiojornal.

Além de acompanhar detidamente os principais fatos relativos à evolução do estado de exceção nacional, minhas andanças pela madrugada paulista à caça de jornais me proporcionavam a oportunidade de sentir um pouco mais da vibração da alma da cidade nos primeiros minutos da manhã. Isso se traduzia principalmente em sua frenética atividade mundana, que se materializava nos bares movimentadíssimos, graças a um fluxo incessante de gente entrando e saindo, vindo de todas as direções, todos rivalizando com oferecer à clientela música ao vivo da melhor qualidade, em geral no gênero da MPB. Artistas já consagrados e outros mal chegados à noite emulavam entre si, numa rivalidade com a qual o público só fazia ganhar. Os teatros das cercanias, como o Municipal, encerrados os seus grandes espetáculos da temporada, despejavam nas ruas multidões famintas que invadiam restaurantes e bares em busca de comida, bebida e boa música. Não era de surpreender que artistas como Cauby Peixoto, Ângela Maria, Dercy Gonçalves ou o nosso Trio Irakitã aparecessem de repente num dos bares do Arouche para dar uma "canja", levando a clientela ao delírio.

A rotina de trabalho na Rádio Piratininga se estendeu por cerca de um ano e meio, ininterruptamente, e cheguei a ser sondado para o trabalho de locução, coisa que recusei, embora eventualmente me acontecesse ter de adentrar a manhã à frente do microfone da emissora para atender a uma emergência gerada pela ausência do profissional da voz. O Sr. Amaury Vieira disse-me, certa ocasião, que apreciava o timbre e a qualidade da minha voz, mas aleguei, em resposta, que preferia ficar na antecâmara do rádio.

Certa manhã, em meio ao burburinho de vozes e vultos que animavam a Praça da República, me deparei com Manuel Chaparro, jornalista português que eu conhecia de outros tempos, em Natal. Corria o rumor de que ele trocara Lisboa por Natal, anos atrás, a fim de atender a um pedido do então arcebispo Dom Eugênio Sales, para fortalecer os quadros do jornal católico A Ordem, que Ulisses de Góis havia criado para melhor defender e divulgar os valores da Igreja. Chaparro me informou que estava trabalhando agora na equipe de Calazans Fernandes, responsável pela preparação dos suplementos especiais que saíam encartados em edições periódicas do jornal Folha de S. Paulo, destinadas aos estudantes de 2º grau, especialmente os pré-vestibulandos. Disse-me também que tinha uma vaga na equipe e perguntou se me interessava. Respondi que sim. No outro dia, me apresentei a Calazans Fernandes, pessoa também do meu ciclo de amizade. Eu o conheci no tempo em que militei na Tribuna do Norte, quando ele exercia o cargo de secretário de Estado da Educação e costumava visitar as redações dos

jornais para dar informações em primeira mão e praticar a política das boas relações com a imprensa.

Assim, entrei na rotina de trabalho dos cadernos da Folha. Mas quando se passaram dois, três meses, a rotina somada à estafa do trabalho burocrático dos Correios e à da rádio começaram a pesar e pedi demissão da Rádio Piratininga.

Meu trabalho na Folha também estava com os dias contados, porque o jornal estava passando por um intenso processo de modernização, aposentando as velhas linotipos e trocando-as pelas modernas *offsets* que iriam revolucionar a situação do jornal, colocando-o como líder absoluto do mercado jornalístico brasileiro. Infelizmente, não vivi essa experiência, pois às vésperas dessa transformação, o Sr. Octavio Frias dispensou toda a equipe de redatores dos suplementos especiais, juntamente com dezenas de linotipistas, técnicos em clichês e todo o pessoal ligado ao *modus operandi* tradicional. Encerrava-se assim a minha experiência de um ano e meio de trabalho na Folha.

O Centro Norte-Rio-Grandense havia sido criado recentemente na capital paulista por um grupo de potiguares, entre eles, Ademar Rubem de Paula, Manuel Cavalcanti, Aderbal Morelli, Geíza Bezerra. Joaquim Vitorino, agente imobiliário, me convidou para visitar o Centro, onde fui apresentado a Ademar, Morelli e à própria Geíza, corretora da Bolsa de Valores de São Paulo. Conversando com Ademar, ele me convidou para trabalhar na parte administrativa do Centro Sul-rio-grandense, do qual era conselheiro. A proposta salarial me pareceu boa, então a aceitei. Dessa vez, trabalhei por volta de seis meses, sempre nos domingos. O trabalho era no centro de lazer da entidade gaúcha, que se localizava nas imediações do bairro de Pirituba.

Por essa época, lembro-me de um episódio interessante. Certo dia, eu estava sentado num dos bancos que a Praça da República oferece a quem quer ter os sapatos engraxados, quando divisei a certa distância a jornalista Paula Frassinetti, minha grande amiga que eu deixara em Natal. Suspendi o trabalho do engraxate, paguei-o e parti a toda pressa a fim de alcançar minha amiga.

Por sorte, alcancei-a, pois ela parecia mais passear pela praça do seguir um roteiro determinado. Quando lhe dirigi a palavra, Paula tomou um susto, e logo esboçou um largo sorriso de satisfação ao me reconhecer. Conversamos e ela me revelou que estava já há alguns dias em São Paulo, e que ficava muito feliz de me encontrar, porque praticamente não conhecia ninguém ali. Na verdade, procurava trabalho. Estava morando num apartamento no bairro de Santa Cecília. Prometi procurar uma colocação para ela e marcamos um novo encontro.

Passaram-se os dias e, ao reencontrá-la, indaguei se já havia conseguido trabalho. Paula me falou que a sorte mudara a seu favor. Havia conseguido um emprego na Folha da Tarde e montara uma loja de decorações na Rua Augusta, endereço privilegiado da classe média alta da cidade, onde vendia, entre outros objetos, *posters* com imagens dos Beatles, aproveitando a onda da *beatlemania* que se espalhava pelo mundo. A loja vendia ainda *lingeries* e outros produtos femininos.

Abro aqui um novo parêntese para contar outra passagem da vida de minha amiga Paula. Quando Leonel Brizola foi eleito governador do Rio de Janeiro, ela foi convidada para ocupar a Secretaria de Transportes do Governo carioca, cargo em que permaneceu por mais de um ano. No Rio, Paula chegou a ser candidata a deputado estadual, e por muito pouco não foi eleita. Pressões políticas finalmente levaram-na a deixar a Pasta e então ela resolveu voltar a Natal, indo trabalhar na Secretaria de Comunicação da então prefeita Wilma Maia. Hoje, Paula é professora no município de Touros, mas continua residindo em Natal. Vive na companhia do filho José Teixeira Netto, mais conhecido

por “Netinho”. Eu e a então prefeita Wilma Maia fomos os padrinhos de batismo de Netinho.

Voltando à história anterior, quando reatei amizade com ela em São Paulo, passaram-se os anos e não tornei mais a ver minha amiga Paula Frassinetti. Mas não me preocupei porque sabia que ela estava bem. Finalmente, voltei a Natal, quando assumi novas ocupações, ficando São Paulo, com o passar dos dias, quase como uma mera lembrança da minha vida pregressa.

Tempos depois, Paula Frassinetti também voltou para Natal. Havia encerrado os negócios em São Paulo e viera decidida a montar uma grande casa de shows na cidade. O local escolhido foi o Paço da Pátria. O bar ganhou o nome de “Brisa Del Mare” e foi inaugurado pela cantora carioca Beth Carvalho, num show em que também brilhou a voz e a interpretação de Liz Nôga. Lembro que uma das estrelas presentes no “Brisa”, era Glorinha Oliveira, que chegou a ter um contrato exclusivo com a casa. Mas vários cantores natalenses se apresentaram em seu salão. Tem uma explicação para isso: nos seus dias de glória, o “Brisa” era um *point* obrigatório dos boêmios da cidade, por isso, todos os artistas da noite disputavam o privilégio de se apresentar lá.

Fechado esse parêntese, volto a narrar minhas tribulações paulistas que sucederam à minha saída da Folha. Meu próximo emprego seria no escritório da Editora Abril, localizado no ponto em que a Rua Augusto cruza a Avenida Paulista, endereço privilegiado da cidade. O trabalho nada tinha a ver com jornal ou rádio; era a trivial faina burocrática: verificação e controle de estoque e distribuição das revistas e livros editados pelo grupo para as bancas de revista.

À noite, de volta ao apartamento após uma rotina estéril e desestimulante, a solidão começou a se tornar um fardo difícil de carregar. Por causa disso, comecei a me familiarizar com o significado da palavra saudade. Saudade de casa, saudade dos meus pais, saudade dos meus irmãos... Saudade de uma cidade chamada Natal. Por que não voltar?

8. Uma parceria com Carlos Lima

Foi por esse tempo que comecei a pesar alternativas e reavaliar meus projetos mais “consensuais”. Esse período coincidiu com o início da contagem regressiva para a minha aposentadoria no serviço público. Nesse longo período de 30 anos de serviços prestados aos Correios, coubera de tudo: aprendizado, maturidade, dúvidas existenciais e certezas políticas, seguidas da contraparte da repressão fascista pós-64, quando mergulhei numa roda-viva que colocou em xeque tudo o que eu pensava saber da vida. A série de delações feitas por colegas de repartição contra mim serviu para que eu reconsiderasse minhas relações de trabalho e passasse numa peneira fina o que restara das minhas amizades.

Eu não poderia deixar de mencionar também a reviravolta que sucedeu à longa crise do meu casamento com Doralice: a separação seguida do divórcio e, finalmente, sua partida para o Rio, com nossos filhos e, mais tarde, seu retorno solitário para Natal. Finalmente, chegou a minha vez de também cogitar de um retorno à minha cidade de adoção. Mas eu não tinha planos de me entregar ao *dolce far niente*, que faz as delícias dos ricos ociosos. Primeiro, porque eu não estava rico. A aposentadoria no Brasil, com pouquíssimas exceções, na minha época, não tornava ninguém rico. Segundo, porque o ócio também não me atraía. Pelo contrário, à medida que se aproximava a aposentadoria, mais eu dava tratos à bola na busca de alternativas de trabalho. Assim, retomei o diálogo com Carlos Lima, meu fraternal amigo de infortúnios e temores de prisões, mas também o amigo querido das rondas dos bares, onde se reacendia a chama da esperança no nosso castigado país que nunca esquecíamos, sobretudo para vaticinar-lhe dias melhores, pois desejavamos ardentemente que isso acontecesse.

Numa das nossas conversas por telefone, Carlos, que já se instalara como médio empresário do setor gráfico na Rua Doutor Barata, da “Ribeira velha de guerra”, contou-me que havia ocupado um prédio de especial significado para a cidade: onde funcionara a Junta Comercial do Estado durante muitos anos. Com os negócios estabilizados e com tendência a crescerem, Carlos queria dar sua cota de contribuição para duas áreas da cultura: a literatura e o jornalismo. O primeiro, através de uma coleção que trazia o sobrescrito das Edições Clima. Nela, perfilhava obras da novíssima geração de poetas e prosadores potiguares, como o contista Tarcísio Gurgel, os cronistas Valério Mesquita e Augusto Severo Neto, as poetisas Maria Cléia da Trindade e Maria Lúcia Brandão, o teatrólogo Racine Santos e o poeta Dailor Varela. Mas foi, mesmo, o poeta Celso da Silveira, com suas coletâneas de glosas fesceninas, cujas reedições se sucediam ininterruptamente, quem consagrou a coleção das Edições Clima, lhe garantindo vendagens recordes que, de certo modo, compensavam os investimentos em títulos encalhados que se deixavam ficar na estante dedicada aos autores norte-rio-grandenses.

Faltava o viés jornalístico aos projetos de Carlos. Foi aí que eu entrei, logo após desembarcar em Natal, em janeiro de 1972, cumprindo decisão que eu tomara ainda em São Paulo, enquanto sonhava com o ócio que os Correios finalmente me concederiam, e a disponibilidade de tempo que agora eu poderia dispor para o jornalismo. Eu combinara com Carlos Lima que faríamos inicialmente uma publicação mensal que portaria o nome de “Cadernos do Rio Grande do Norte”. Com ela, visávamos dar uma contribuição que esperávamos que fosse significativa para a discussão dos grandes problemas do Estado, e quando dizíamos “grandes problemas”, queríamos de fato dizer

os problemas da economia, da política, mas também da cultura, dos esportes, do lazer etc. Ao mesmo tempo, tínhamos planos de abrir com os “Cadernos” uma janela para a promoção das grandes soluções que porventura viessem a surgir numa das suas áreas de abrangência. Para isso, nos cercamos de alguns profissionais experientes, em regime “*free lance*”. O jornalista João Gualberto Aguiar cuidaria da frente da cultura, enquanto o versátil Sebastião Carvalho passaria o pente fino nos textos redacionais, garantindo-lhes qualidade e uniformidade jornalística.

O primeiro número se enquadrou melhor na primeira opção, mas faltou uma reportagem de impacto que alavancasse a edição. Em compensação, tivemos um razoável êxito na área comercial ao garantirmos uma matéria promocional da Caern, através de contato que fiz com Fernando Pereira, diretor administrativo da estatal.

O segundo número veio mudar radicalmente essa situação. Edição caprichada, em policromia, impressa numa moderna gráfica da Paraíba, se enquadrou perfeitamente na alternativa “janela das soluções”, com a capa exibindo uma imensa foto, que continuava na contracapa, do novo estádio de esportes da cidade, oficialmente chamado de Estádio General Castelo Branco, o “Castelão”, homenagem meio forçada da Câmara de Vereadores de Natal ao então presidente Humberto de Alencar Castelo Branco.

As edições dos “Cadernos do RN” se sucederam num ritmo intenso ao longo de um ano e meio, totalizando 36 números, quando renomeamos a revista de Folha dos Municípios, em homenagem ao ex-prefeito Djalma Maranhão (em alusão à sua Folha da Tarde, onde eu e Carlos demos a nossa colaboração através de crônicas diárias).

A retaguarda do jornal contava com nomes fortes do jornalismo natalense, como Sebastião Carvalho, Isa Maria Freire e colaboradores do nível de Veríssimo de Melo, Hélio Galvão, José Melquíades e o casal Camilo Barreto e Ana Maria Cascudo. Em determinado estágio da revista, passamos a contar com a colaboração do jornalista Francisco das Chagas Oliveira, que se revezava entre a redação e o setor comercial.

Nesse último ano de circulação dos “Cadernos do RN”, Jorge Amado e Zélia Gattai passaram uma semana em Natal e a revista deu uma ampla cobertura à presença do ilustre casal baiano à cidade, com direito a festas patrocinadas pela prefeitura, entre outras badalações, algumas de ordem cultural. Jorge Amado visitava a redação da Folha dos Municípios com frequência, e nos divertia com suas histórias bonitas, cheias de verve. Zélia era mais calada, mas quando resolvia falar sempre dizia coisas interessantes. O casal de escritores se constituiu o episódio mais brilhante de toda a existência da revista.

9. No Diário de Natal

Fechada a Folha dos Municípios, novos acontecimentos ligando eventos remotos a outros mais recentes, se encarregariam de definir uma nova etapa na minha carreira jornalística. Essa urdidura de acasos em cadeia começou quando o jornalista e publicitário Cassiano Arruda, já estabelecido como colunista da *Roda Viva*, prestigiosa coluna de informes gerais do Diário de Natal, caracterizada pela brevidade e contundência de algumas notas, me procurou para me oferecer emprego naquele jornal, incumbido que fora pelo velho Luiz Maria Alves, jornalista, superintendente e o mandachuva dos Diários Associados no Estado.

Estranhei a proposta, porque sabia das diferenças ideológicas incontornáveis que nos separavam desde os tempos de Djalma Maranhão; até antes. Ainda retinha na minha memória uma frase dele: “Não quero Bira trabalhando no Diário porque ele é um comunista, e comunista não trabalha no meu jornal”.

Mas, pouco a pouco, fui remodelando a imagem que fizera durante décadas de Luiz Maria Alves. O principal motivo que me levou a revisá-la foi a descoberta de que ele colocava o profissionalismo e a responsabilidade no trabalho acima das questões ideológicas. E isso contava a meu favor, porque não foi uma nem duas vezes que nos deparamos, em trânsito, na noite paulista, na década anterior. Eu, saindo dos Correios para fazer o radiojornal da Piratininga; ele, resolvendo na capital paulista alguma pendência financeira do grupo para o qual trabalhava.

O que eu não sabia é que aqueles encontros, quase fortuitos, remodelavam também a imagem que ele fazia de mim. Isso eu mesmo comprovei, duas ou três vezes, na redação do Diário, quando ele surpreendia a redação em plena azáfama de fim de tarde, para contar “causos” e praticar o saudável exercício das boas recordações. Sem que nem mais, lá ele saía com histórias vistas ou vividas. E uma delas me apontava como protagonista de um episódio no qual era, a princípio, o vilão, para logo depois me revelar como o mocinho da trama. O vilão, dispensa dizer, era o “comunista” Ubirajara Macedo; o mocinho, o trabalhador ordeiro e incansável, ante o qual o “comunista” arredava pé, como uma máscara que a gente retira do rosto para revelar a verdadeira face. Também é dispensável lembrar que, a rigor, nunca fui comunista. Razões religiosas, mas também ideológicas, o impediram. Afora isso, sempre fui um homem de esquerda, mas esse era um detalhe que contava pouco para o “velho Alves”. Para ele, só os comunistas eram imperdoáveis e eu deixara de ser – pelo menos para ele – aquilo que nunca fora...

Cassiano Arruda já havia antecipado para mim a mudança de opinião do velho Alves a meu respeito, tentando me convencer a aceitar a proposta de trabalho que fora incumbido de fazer-me. Como de minha parte não havia restrições à proposta, uma vez que ela vinha encaminhada de outra, de caráter conciliatório, comuniquei a Cassiano que aceitava. Marcamos então para a manhã seguinte, no gabinete de seu Alves, uma conversa formal para acertamos os detalhes trabalhistas e salariais.

Foi com surpresa que ouvi de Luiz Maria Alves a revelação de que o meu trabalho interessava ao Diário de Natal. Mas nada adiantou sobre o que a empresa esperava de mim. “Esse detalhe você acerta com o João Neto (chefe de redação, à época). O importante é que você agora faz parte do quadro do Diário de Natal”. Falamos então de salário e deixei o gabinete do superintendente para me dirigir ao escritório do chefe de redação.

Lacônico, um tanto ríspido (traço que eu atribuí, nesse primeiro encontro, às pressões do cargo que exercia), João Neto, mesmo assim, me congratulou por estar finalmente no Diário e me confessou que sempre cogitou do meu nome para a empresa. Como era de se esperar da sua descrição, nada me adiantou sobre qualquer influência do velho Alves na minha escolha como novo funcionário do jornal associado.

De todo o modo, quando aceitei a oferta de “Seu” Alves, eu já sabia que iria trabalhar mesmo era com João Neto. E isso me trouxe à lembrança um episódio bastante antigo, de cerca de dez anos atrás, quando eu ainda militava nas fileiras do radiojornalismo da Rádio Nordeste, fazendo, entre outros programas, “A Voz do ABC”. Nesse tempo, João Neto estava na editoria de Esportes do Diário de Natal. E foi nessa arena que colidimos um com o outro em torno de um episódio envolvendo um atacante do ABC. Na verdade, um craque chamado Jorginho, o qual fora expulso injustamente (em minha opinião) durante uma partida. No dia seguinte à expulsão, aproveitei o meu programa na Rádio Nordeste para criticar dura, mas civilizadamente, a decisão do juiz, lembrando que Jorginho era um jogador disciplinado e leal, e que não fizera por merecer uma punição tão sumária como uma expulsão. João Neto, por sua vez, americano roxo, como se dizia dos torcedores fanáticos, aproveitou o episódio Jorginho para tripudiar sobre o jogador, acusando-o de tudo quanto eu o havia isentado.

Um ou dois dias depois do meu programa, João Neto entrou na sala de redação da emissora, e, dirigindo-se a mim, pediu para ver uma cópia do programa “A voz do ABC do dia anterior”. Sem desconfiar de nada, atendi-o. Terminada a leitura, ele voltou-se para mim e me acusou de proteger Jorginho. Eu repliquei que ele é que caluniara um jogador injustamente. O tom da discussão se tornou mais e mais acalorado, até que ele me desafiou: “Vamos resolver essa questão lá fora!”. Berilo Wanderley, que estava começando a trabalhar na Nordeste e que cessara suas atividades para acompanhar o desfecho da discussão, foi quem interveio a meu favor, lembrando que não ficava bem dois jornalistas, bastante conhecidos da cidade, brigarem por divergência sobre o conteúdo de uma notícia. Ponderei que Berilo tinha razão; eu também não via razões para trocar valentia com um colega de profissão.

Diante da minha reação, secundada pela de Berilo, João Neto se retirou, furioso, e não mais nos falamos.

Até que, dez anos depois da querela sobre Jorginho, aconteceu uma reunião festiva no Hotel Reis Magos, patrocinada por um colega de trabalho de João Neto, já aposentado do INAMPS – Instituto Nacional de Assistência Médica e Previdência Social –, o outro emprego dele. Ao chegar à mesa que me fora reservada, deparei com João Neto numa das cadeiras. Tomei um susto, conhecedor que era da fútil rixa que alimentávamos há quase dez anos. Mas, ao me ver, ele mesmo tomou a iniciativa de desfazer qualquer clima de animosidade e, em tom conciliador, falou para mim: “Bira velho de guerra, que bobagem ficarmos intrigados quase dez anos. Vamos fazer as pazes”. E ali mesmo voltamos a conversar como velhos amigos. Isso aconteceu justamente duas semanas antes da minha contratação pelo Diário de Natal. O gesto de João Neto encobria algum plano futuro? Creio que não; para mim, tudo não passou de mais uma coincidência, aliás, coisa muito frequente na minha carreira jornalística.

No final das contas, o gesto conciliador de João Neto me abriu as portas de um jornal que sempre exercera um enorme fascínio sobre mim, haja vista que eu tinha relações de amizade com muitos dos seus profissionais – repórteres, fotógrafos, colunistas – tendo, inclusive, trabalhado com alguns deles em empresas jornalísticas como A República, a Folha dos Municípios e a Tribuna do Norte, entre outros.

Comecei no Diário “limpando” telegramas de agências nacionais e internacionais de notícias. Era como se tudo o que eu havia aprendido em outros órgãos de imprensa

tivesse sido apagado e eu precisasse começar tudo de novo. Em compensação, o ambiente de trabalho na redação era estimulante e eu confiava que teria outras oportunidades. Isso aconteceu quando o jornalista pernambucano Manoel Barbosa assumiu a editoria do Diário, com a aposentadoria de João Neto. Barbosa era um jornalista bastante conhecido e respeitado em Natal, porque havia dirigido com grande sucesso o jornal A República entre as décadas de 1970 e 1980. O que caracterizava seu modelo de administrar uma empresa jornalística era que ele costumava delegar tarefas aos seus subordinados imediatos, ou seja, os editores, o que concorreria diretamente para a valorização do trabalho desses profissionais, ao mesmo tempo em que reduzia a carga de trabalho do editor geral.

No dia seguinte à sua posse, Barbosa me pediu para fazer as chamadas pertinentes à minha editoria, ou seja, as notícias nacionais e internacionais do dia – resumos de notícias que são utilizados ainda hoje nas capas dos jornais e revistas para aguçar o interesse do leitor pela matéria completa editada no interior do jornal. Dessa data em diante, me integrei definitivamente à redação do jornal.

Embora tenha passado menos de um mês no Diário, por colidir de frente com o todo-poderoso Luiz Maria Alves, Manoel Barbosa me proporcionou uma oportunidade ímpar, que os seus sucessores na editoria do jornal mantiveram.

Foi lá onde convivi com alguns dos principais nomes do jornalismo norte-riograndense, como Cassiano Arruda, Paulo Tarcísio Cavalcanti, João Neto, Vicente Serejo, Carlos Jorge, Roberto Guedes, Thais Marques, Margareth Martins, Dermi Azevedo, Dickson Antunes, Ricardo Rosado, Remo Macedo, Aluísio Lacerda, Jânio Vidal, entre outros.

Minha passagem pelo Diário significou o coroamento da minha carreira jornalística. Foram dezessete anos de casa e foi, também, o período mais gratificante do ponto de vista profissional. Eu havia trabalhado em jornais maiores, como a Folha de S. Paulo, por exemplo, mas por períodos curtos. O Diário me deu a oportunidade de trabalhar até o fim da minha carreira, só saindo de lá para a aposentadoria.

10. Boemia e jornalismo

Aquilo que, para alguns, pode parecer incompatível, sempre me pareceu perfeito. Falo da relação entre jornalismo e boemia, uma realidade que acompanha a atividade jornalística entre nós desde que passamos a fazer nossos próprios jornais, em prensas um pouco mais modernas do que aqueles engenhocas inventadas por Gutemberg no século XVI. Boemia e jornalismo formam um par perfeito porque nos bares, como nos salões de beleza e nas colunas sociais, “tudo se sabe, tudo se comenta”, como dizia o experiente colunista social Ibrahim Sued. Era, e continua sendo, nos bares, onde os jornalistas se encontram após um árduo dia de coleta de notícias, checagem de fontes, confrontação de dados. Em que lugar, portanto, um jornalista deve ir após esgotar as suas fontes diretas nas entrevistas? Aos bares, naturalmente. Como numa cumplicidade, é lá onde o jornalista conhece detalhes que escaparam às suas fontes; é lá onde ele vai saber de coisas que ainda estão em processo embrionário, por assim dizer. Ali é onde começam a circular os rumores que, muitas vezes, se antecipam aos acontecimentos, sobretudo quando tratam de escândalos políticos, sociais ou policiais.

Não foi por obra e graça do acaso que bares e restaurantes sempre se entenderam bem com as empresas jornalísticas. Basta lembrar, por exemplo, o Bar do Lourival, localizado praticamente defronte do Diário de Natal. A Tribuna do Norte, por estar situado num bairro boêmio por formação, viu proliferar em seu entorno uma concorrida oferta de bares, restaurantes e... bordeis. O Bar do Olívio, o Bar das Bandeiras e a Peixada Potengi são apenas três nomes que se destacaram nessa geografia de gama tão diversificada quanto a clientela que servia.

Para mim, nada pareceu mais normal na vida do que sair da redação de um jornal, após um dia estafante e produtivo, e ir ao Bar do Lourival degustar uma cervejinha gelada na companhia de alguns companheiros. Além de podermos checar informações e tendências de acontecimentos no mundo político, econômico ou desportivo, a gente como que irrigava os laços de amizade, nas trocas de impressões impessoais, chegando, porém, às pessoais.

Conheci Lourinha Pereira, minha companheira definitiva, na redação do Diário de Natal, onde ela ia buscar sua filha Viveca, que era diagramadora, como disse antes. Mas foi no convívio dos bares que nossas afinidades a floraram, consolidando-se. Nesse tempo, encerrado o expediente de trabalho do sábado, costumávamos nos encontrar no Bar do Lourival, de onde saíamos para o “Tric-Tric” ou outro bar da moda, naquela época. Lá, saboreávamos um delicioso camarão, acompanhado de um chope geladíssimo. Essa convivência foi aprofundando nossa relação e, sem que nos déssemos conta, uma relação de amor foi se consolidando. Costumávamos ter a agradável companhia dos colegas Remo Macedo, Luís Gonzaga Cortez, Thaís Marques, Ângelo Ramos, Margareth Martins. Outros companheiros de redação eventualmente se somavam ao grupo, como Vicente Serejo, Jânio Vidal, Cassiano Vidal e Aluísio Lacerda.

Nas noites de sexta-feira, íamos para a Casa da Música Popular Brasileira, um local aprazível e descontraído localizado na Praia dos Artistas (Rua 25 de Março), onde se podia apreciar uma boa música e dispor de um espaçoso *dancing* que deixava toda a clientela muito à vontade. Por isso, eu e Lourinha não nos cansávamos de frequentar a casa. E tinha vezes em que a gente varava a noite, ficando até às 7h da manhã seguinte. Na casa da MPB a gente dançava e também conversava muito com os amigos, e quase

não se falava em política. Não que política não combinasse com boemia; mas os tempos eram pesados, de chumbo. Não convinha, portanto, dar chance ao azar...

Dessa época, recorro um episódio envolvendo a reunião, em Natal, da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência – SBPC. Algumas personalidades do encontro foram convidadas pelo empresário Teodorico Bezerra para conhecerem a fazenda dele em Tangará. Alguns nomes do Diário também receberam o mesmo convite, entre eles, eu, Margareth Martins, Luiz Gonzaga Cortez, Remo Macedo e Thais Marques.

Tivemos um fim de semana diferente e agradável. Quando lá chegamos, no fim da tarde do sábado, fomos recepcionados pelo anfitrião e pelo genro dele, Hélio Nelson. Tivemos um lauto jantar, além da oportunidade de privar da companhia do experiente empresário e político sertanejo, do seu genro e de outros parentes deles.

No outro dia, chegaram os cientistas. Eram tantos que ocuparam dois ônibus. Ao desembarcarem dos veículos, os convidados foram recepcionados por duas bandas de música – uma masculina e outra feminina –, constituídas de filhos dos funcionários da fazenda, que se alternaram na execução de um repertório de dobrados, marchas e choros, tudo tocado com muito garbo e entusiasmo.

Passamos o domingo conversando com alguns nomes importantes do meio intelectual e científico do país e retornamos a Natal no domingo à tardinha. Comida e bebida fartas em todas as refeições.

Um detalhe que não me passou despercebido foi que a fazenda do “majó” Teodorico abrigava escolas de ensino regular e também de música. O que contrastava com a imagem que se comentava dele no meio jornalístico: a de um capitalista empedernido, que só pensava em fazer dinheiro e explorar a mão de obra dos seus peões.

Na verdade, não foi exatamente isso que eu pude observar, nesse dia e meio em que privei da companhia do “majó”. Notei, por exemplo, que ele tinha seus laivos de nobreza e que era sensível ao problema social. A prova era que não faltava nem escola nem boa alimentação para os peões e para os filhos deles, conforme pude apurar junto a pessoas do lugar.

Outro traço da personalidade de Teodorico era o do viajante curioso e contumaz. Ele sentia grande prazer em mostrar as fotos das viagens que fazia sozinho pelo mundo afora. Vendo uma foto sua no Egito, perguntei: como o senhor se comunicava com os egípcios? Lacônico, ele respondeu: “Quem tem boca vai a Roma, meu filho”. Essa verdade eu constatei também nas muitas viagens que empreendi pelo mundo com Lourdinha e, às vezes, amigos do Clambom.

11. Uma experiência cooperativista

Quando saí do Diário de Natal, em fevereiro de 1987, aposentado pela segunda vez, dessa vez como jornalista, eu já era um profissional conhecido e popular no meu meio. Em parte, isso se deveu ao longo e ininterrupto trabalho que desenvolvi no decorrer de toda a minha carreira. Tive também experiências administrativas no meio jornalístico e fora dele, a exemplo do que aconteceu em minha vida profissional durante o tempo em que morei na cidade de São Paulo, quando conciliava trabalho burocrático nos Correios com trabalho jornalístico no rádio e, mais tarde, na imprensa escrita.

Lidar com os problemas da minha categoria foi uma experiência que muito me agradou, pois me permitia intervir diretamente em questões com as quais eu estava bem familiarizado, o que não quer dizer que fossem questões de fácil solução. Em Natal, participei ativamente da Associação dos Jornalistas, que teve, entre outros, presidentes do nível de um Dermi Azevedo, profissional que hoje é nome de respeito na imprensa nacional. Da Associação, surgiu o Sindicato dos Jornalistas. Também me integrei a essa luta, chegando a ser vice-presidente na gestão do colega Arlindo Freire. Fizemos a administração que motivou a fundação do nosso Sindicato.

Essa condição de sindicalista me credenciou a concorrer a uma vaga de juiz classista. Ganhei duas eleições para assumir a função de juiz substituto, indicado que fui pelo colega jornalista Orlando Rodrigues, o “Caboré”, que também foi juiz classista. A junta trabalhista na qual atuei era em Goianinha, onde fiz amigos como Sílvio Caldas, Raimundo de Oliveira e Francisco de Assis, juizes togados. O trabalho era gratificante, porque voltado para os direitos trabalhistas. E o salário também era compensador. Havia trabalho até demais. Menores trabalhando no corte da cana-de-açúcar, agricultores reclamando de trabalho escravo, trabalhadores se queixando dos salários aviltantes e de acordos descumpridos, mulheres exigindo pensão alimentícia para filhos, maridos foragidos...

O que mais me incomodava eram as denúncias de trabalho escravo. A justiça tolerava esse tipo de coisa. Hoje, felizmente, com o combate a essa forma desumana de trabalho, isso vem acabando.

Meu trabalho como juiz classista, todavia, durou pouco, porque no ano de 1990 eu completei 70 anos de idade e fui afastado do cargo pela compulsória, conforme manda a Constituição. Foi bom enquanto durou...

Anos depois, foi criada a Cooperativa dos Jornalistas de Natal – Coojornat. Seu primeiro presidente foi o jornalista Dermi Azevedo. Na sequência, assumiu Sávio Hackradt, que hoje milita no mercado publicitário de São Paulo, com passagem por Brasília. Aluísio Lacerda assumiu em seguida, mas passou poucos meses, devido a outras solicitações profissionais.

Fui o quarto presidente da Coojornat, tendo como auxiliar direto o jornalista Luciano Almeida. Na minha gestão, adquirimos máquinas para o nosso parque gráfico, que vieram a fortalecer a entidade. Na sequência, Luciano Almeida me sucedeu na presidência, tendo se saído muito bem nessa função.

Graças aos novos maquinários, imprimimos jornais, como o “Salário Mínimo”, veículo que fez um verdadeiro rebuliço no meio empresarial pelas matérias-denúncias que produzimos. Também imprimimos revistas e livros diversos, marcando a minha gestão pelo grande volume de publicações.

A situação política do país, no entanto, não favorecia as cooperativas, e a nossa não escapou à crise político-institucional da época. Assim, tivemos que cerrar nossas portas, não antes de um bravo período de resistência. Já na gestão de Luciano Almeida, saímos do centro da cidade e nos instalamos no KM 6, no bairro das Quintas, onde gráficos como “Seu” Lauro Almeida, pai de Luciano, atuaram até os momentos derradeiros da Coojornat. A propósito, o último presidente da Coojornat foi João Maria Almeida, irmão de Luciano.

A criação da Coojornat foi uma fase rica na vida profissional dos jornalistas da minha época. De minha parte, isso me propiciou um relacionamento diário com os problemas afetos diretamente ao jornalismo profissional, exigindo de mim e de meus colegas um esforço redobrado para resolvê-los, sempre que possível.

12. O clube dos sonhos de Luiz Cordeiro

Quando o radialista Luiz Cordeiro retornou a Natal, no fim dos anos 1990, depois de uma vitoriosa experiência de vida e de trabalho em Belo Horizonte, trouxe na bagagem de filho pródigo o sucesso que protagonizara na Rádio Itacolomy, na capital mineira, onde apresentava o “Repórter Esso”, líder de audiência no rádio nacional. De BH, trouxe também uma informação que de imediato me empolgou. Lá, ele participara de um clube constituído somente de pessoas devotadas à música, especialmente cantores, compositores e instrumentistas. Nesse clube, seus sócios poderiam não só interpretar e ouvir, tantas vezes quisessem, as músicas que desejassem. Podiam ainda discutir sobre elas, falar sobre elas e estudá-las sob os seus mais diversos ângulos. Será que poderíamos fazer algo semelhante em Natal? – quis ele saber.

A pergunta foi colocada assim meio que de passagem, durante um dos nossos encontros no Beco da Glória, aquele bar que Glorinha Oliveira abriu em sua residência, na Rua do Motor, quase esquina com a Ladeira do Sol, dando acesso à Praia dos Artistas. Isso se passou no início dos anos 1990. Habitualmente, a turma que frequentava o Beco da Glória era constituída dos seguintes nomes: Thaís Marques, Eliete Regina, Antônio Edilson da Costa, Adriel de Souza Lima, Luiz Cordeiro, o sanfoneiro Arnaldo Farias, Jamil Farkart, Aldorisse Henriques, Joana D’Arc Ramos, Liz Nôga, Maria Luzinete Viegas Nôga, José Waldenício de Sá Leitão, Roberto Alan Alcoforado, Marluce de Souza, Rosana Viegas Costa e eu, dentre outros.

De princípio, não consegui assimilar a ideia do clube musical de um único trago. Preferi degustá-la lentamente, como eu costumava fazer com um bom scotch. Saboreei cada ângulo que a proposta sugeria, tentando aparar uma ou outra aresta que tentasse se insinuar na degustação imaginária. Claro que desde o começo eu topava participar de um clube formado por apreciadores da música, porque eu me considerava um deles. Minha ligação com a música sempre foi mais profunda do que a de um simples aficionado desse ou daquele gênero musical. Era algo mais intenso, diria visceral, uma parte substancial da vida e a mais aprazível de todas. Os artistas da cidade já conheciam minha paixão musical e os mais chegados costumavam dedicar-me músicas quando eu adentrava um local onde eles se apresentassem. Uma das *minhas* músicas mais tocadas era “A noite do meu bem”, de Dolores Duran, uma das canções mais lindas do nosso cancionário popular. Cheguei a escrever um poema para a minha musa Lourdinha, inspirado num dos versos dessa bela canção.

Num outro encontro no Beco da Glória, quando todos já tínhamos discutido suficientemente bem a ideia da criação de uma versão local do clube mineiro dos amantes da música, Luiz Cordeiro aproveitou a presença de um número bem razoável de amigos, a certa hora da noite, e fez a proposta oficial da criação do clube. O que tornava aquela reunião diferente das anteriores é que dessa vez todos já haviam discutido e analisado cuidadosamente cada ângulo da proposta de Luiz Cordeiro e já tinham uma posição definida a seu respeito.

No momento crucial do debate, Glorinha Oliveira precisou se ausentar da nossa mesa, a fim de atender a um grupo de clientes habitués da casa e aos quais ela não poderia faltar com sua atenção e simpatia. Mas ao perceber os ecos da discussão que a gente travava em tom cada vez mais acalorado, ela finalmente acomodou os recém-chegados e pôde voltar até nós. Sua atenção inicial foi em minha direção, se traduzindo num cochicho ao pé do meu ouvido. Arditosa, porém, ela falou de modo a que os

demais componentes da nossa mesa pudessem ouvir. De forma que todos escutaram quando ela anunciou: “Se a conversa é a respeito da criação do Clambom, aprovo. E tem mais: desaprovo quem for contra”. E se retirou em seguida, diante do riso de contentamento de todos.

Luiz Cordeiro sugeriu que o novo clube se chamasse “Clube dos Amantes da Boa Música”, de sigla fácil: Clambom. A proposta causou verdadeiro *frisson* entre os *habitués* do Beco da Glória naquela noite. “Esse nome é mais que perfeito!”, comentou Thais Marques, sentada ao meu lado, sem poder conter o seu entusiasmo. Endossei o comentário de Thais de imediato.

Apesar disso, diversos aspectos da proposta de Luiz Cordeiro foram debatidos, como, por exemplo, a necessidade de uma sede, a organização do quadro de sócios e quorum ideal para a instalação da nova entidade.

O próprio Luiz Cordeiro se encarregou de responder a essas dúvidas argumentando que elas deveriam ficar para discussão futura, porque o que estava em pauta naquele momento era apenas a viabilidade ou não da criação do Clambom.

A ordem foi restabelecida na mesa e finalmente foi facultada a palavra a cada um dos futuros clambonistas, quando a proposta de criação do Clube dos Amantes da Boa Música foi aprovada por unanimidade.

Cordeiro, todavia, fez uma ressalva: não aceitava ser o presidente. O momento que atravessava em sua vida não lhe permitia assumir um posto de direção na entidade, fosse por razões de saúde, fosse por razões profissionais. Aceitaria, no entanto e se essa fosse a vontade dos amigos, um posto secundário.

O pronunciamento de Cordeiro foi seguido de protestos, de vivas e de palmas por todos os membros da mesa. Como sempre a mais efusiva, Glorinha Oliveira, morta de curiosidade sobre o que se passava na nossa mesa se aproximou. Luiz Cordeiro então lhe fez ciente de que a proposta de criação do Clambom estava aprovada.

Glorinha aproveitou o embalo do entusiasmo geral e falou que uma proposta de seu amigo querido Luiz Cordeiro, ou melhor, *Luluzinho*, como ela o tratava carinhosamente, tinha de ser acatada pelos frequentadores do Beco da Glória. Quem fosse contra, que “pegasse o beco”. Porém, percebendo a tempo o trocadilho, corrigiu: “Pegasse outro beco”. Diante disso, só pudemos rir, dessa vez ruidosamente.

Retomando a palavra, Glorinha lamentou que Luiz Cordeiro não aceitasse dirigir o futuro Clambom, mas tinha a certeza de que ele daria, mesmo assim, uma contribuição importante para o novo clube. O que realmente aconteceu, como pude comprovar com o passar dos anos.

Esfuziante como sempre, Glorinha logo tomou gosto pela empolgação. Falou que, ali mesmo, naquele momento especial, teve a certeza de que o Beco da Glória era um lugar abençoado, capaz de inspirar grandes e lindas ideias, adiantando que sempre fora totalmente a favor da criação do Clambom. “Um clube que nasce com um nome como esse já diz a que veio: ser muito feliz e ter vida longa!”, falou.

Na ata de criação do Clube dos Amantes da Boa Música de Natal – Clambom –, secretariado pela senhora Dircinha Agripina Gomes de Melo, com data do dia 22 de abril de 1992, tendo como local o bar “Beco da Glória”, ficou registrada a primeira diretoria da entidade: Presidente – comerciante Francisco Ivo; Vice-presidente-jornalista João Bosco Araújo; Secretário – contador Adriel de Souza Lima; Tesoureiro-bancário Emanuel Souza Pinto; Diretoria Social – Maria Luzinete Viegas Nôga, Maria de Fátima Oliveira e Rejane Ovídio Dantas; Diretoria de Divulgação e Promoções- Joana D’Arc Dantas, Maria Odaíres de Menezes, Aldorisse Henriques e Ivan Cavalcante da Silva; Diretoria Artística e Cultural- Luiz Cordeiro, Lisnildo (Liz) Alves Nôga, Glorinha Oliveira; Diretoria de Comunicação – jornalista Ubirajara Macedo,

Altaídes (Thaís) Marques da Luz, Eliete Regina; Diretoria Musical – Francisco de Paula Oliveira, Arnaldo Farias e Josebias Gomes Araújo.

O Clambom foi fundado num momento de grande euforia e, por deferência da proprietária, teve por sede provisória o bar Beco da Glória, que foi, na verdade, uma homenagem especial que prestamos à anfitriã, legítima musa da boa música potiguar.

Em atividade há 16 anos, reconheço que tenho uma pequena parcela no sucesso desse clube do qual cheguei a ocupar o posto mais alto por duas vezes. Isso aconteceu no período de 1995 a 1999, o que corresponde a dois mandatos eletivos de presidente.

Mas, em minha opinião, o melhor presidente do Clambom foi Adriel de Souza. Era duro, mas eficiente. Por isso, sua gestão foi marcada por uma administração dinâmica, voltada para a minimização das despesas e maximização dos benefícios aos sócios. Foi nesse clima de saúde financeira que pôde nascer o jornal *Clambom Notícias*, que tive o privilégio de dirigir. Hoje desativado, o jornal circulou por mais de dois anos, refletindo a boa fase que o clube atravessava naquela época.

Outros detalhes da história do Clambom eu contei no livro *Clambom: um clube em defesa da boa música – 16 anos defendendo a Música Popular Brasileira*. Escrevi-o em parceria com Pedro William Cavalcanti, então presidente do clube, e o lançamos numa grande festa no dia 13 de junho de 2008, realizada no América, quando autografamos 120 exemplares. O evento contou com a participação do grupo musical do Clambom e foi marcado por um clima de alegria, nostalgia e resgate dos grandes momentos do clube.

Tive a sorte de marcar a minha gestão no Clambom com grandes eventos culturais ligados à música popular brasileira. Entre outras atividades, o Clambom trouxe a Natal o escritor Sérgio Cabral, biógrafo dos grandes nomes da MPB, como Ary Barroso, Elizete Cardoso, Tom Jobim, Pixinguinha e Nara Leão. Ele fez uma palestra no Teatro Alberto Maranhão numa noite de casa cheia e com entrada franca: o ingresso era uma lata de leite em pó, cujo montante seria destinado a casas de crianças e idosos carentes, previamente contatadas. Atuando como mediadores, tivemos o Dr. Grácio Barbalho, discófilo e pesquisador da nossa música popular, o jornalista Rubem Lemos e eu próprio. A palestra foi um sucesso, graças ao nível elevadíssimo do palestrante, que discorreu magnificamente sobre alguns dos grandes momentos da MPB. As intervenções do Dr. Grácio e de Rubem Lemos só fizeram engrandecer mais a figura do convidado e os seus conhecimentos musicais, para a gratificação da plateia.

Em duas outras ocasiões, trouxemos a Natal o compositor e pesquisador Hermínio Belo de Carvalho e o crítico musical Tárík de Souza, também palestrantes de encontros promovidos em minha gestão à frente do Clambom. O sucesso que havíamos conseguido com Sérgio Cabral se repetiu tanto com Tárík quanto com Hermínio. E não foi um sucesso casual. Afinal, são dois grandes nomes da cultura brasileira. O primeiro, como crítico e estudioso da MPB; o segundo, como letrista e parceiro de compositores como Paulinho da Viola, Pixinguinha, Paulo César Pinheiro e outras “feras” da nossa música.

Apesar de todo esse esforço que vimos desenvolvendo para divulgar o Clambom, ainda encontro pessoas que me perguntam a razão do seu sucesso. Geralmente respondo a essas pessoas lembrando uma razão óbvia: não havia em Natal, até então, um clube com as características do Clambom. Assim, não demorou a ele se tornasse uma referência na cidade. O fato de contar em seus quadros com a participação de nomes conhecidos e populares ajudou bastante. Lembro que, a convite do Clambom, pessoas de fora de seus quadros puderam tomar parte em eventos culturais da entidade. Citaria o jornalista Vicente Serejo, que proferiu brilhante palestra sobre Pixinguinha, e o

professor Carlos Braga, que discorreu também com muito brilho sobre Noel Rosa, além de palestras proferidas por quadros da própria entidade.

Mas o que realmente pesou foi a determinação dos seus associados em divulgar o Clambom, através da realização de encontros semanais nas casas de cada um deles, alternadamente. Um fato significativo aí é que quase nunca se repetia a visita dos clambonistas à casa do mesmo colega, porque seu quadro de sócios esteve sempre em expansão nos primeiros dez anos de atividades do clube.

De uns tempos para cá, todavia, houve defecções e mudanças de prioridade da parte de alguns associados, decorrência da própria dinâmica da vida com suas solicitações às vezes inesperadas – viagens, mudança de domicílio ou de trabalho, doença, escolhas novas, falta de tempo repentina, como sucedeu com o cantor Liz Nôga. E, pior: óbitos, como aconteceu com Adriel de Souza, João Alfredo Lima, José Percy de Amorim Silva, Júlio César Otom, Francimar Dias Bezerra, esposa da clambonista Ivana Bezerra e, mais recentemente, José Waldenício de Sá Leitão, um dos fundadores do clube. Cada uma dessas pessoas deu sua parcela de contribuição pessoal e única para que o Clambom galgasse os degraus do reconhecimento público que o distinguiu dentro e fora do Rio Grande do Norte.

No auge do Clambom, fomos convidados a visitar Florianópolis, a bela capital do estado de Santa Catarina, no sul do Brasil, onde ficamos hospedados num hotel na Praia de Jurerê, que era de propriedade de uma irmã de Socorro Umbelino, sócia do Clambom e casada com o paranaense Abelardo Lunardelli. Durante nossa permanência em Florianópolis, nos apresentamos em diversos clubes da cidade. Foi uma bela viagem que marcou o nome do Clambom na capital catarinense.

Acontecimentos como esse teriam de produzir mudanças significativas no Clambom, confirmando que tínhamos potencial para chegarmos até aonde chegamos. Muita coisa mudou desde então. Hoje, mais maduros e mais experientes, porém, cremos na sobrevivência desse clube cujo único propósito é nos fazer conhecer aquilo que sempre amamos: a música. Sua história já está contada, até aqui, no livro que lancei. O Clambom já é história, e nós fazemos parte dela, com licença da modéstia, que também é extensiva a seus demais sócios. Olhando para o futuro, confesso que tenho um projeto a compartilhar com meus companheiros de clube: devolver o Clambom às suas bases, o que vale dizer, voltar a ser um clube familiar, cumprindo o seu papel social de aglutinador dos amantes da boa música, como Luiz Cordeiro costumava enfatizar. Essa é a utopia com que pretendo reacender a chama embrionária que nos uniu em seu entorno, num dia, agora longínquo, vivido com paixão no Beco da Glória.

13. Algumas homenagens

A vida não foi avara comigo, pois me permitiu realizar coisas que, para mim, foram de um valor incalculável. Por exemplo, publiquei dois livros, ambos abordando temas ligados a aspectos essenciais da minha vida. O primeiro, “...e lá fora se falava em liberdade”, em 2001, tinha como motivo a amarga experiência das prisões de inspiração nazista a que fui submetido durante a ditadura de 64. O lançamento do livro, que aconteceu na Capitania das Artes, coincidiu com o recebimento do título de Cidadão Natalense, outorgado pela Câmara de Vereadores de Natal, proposto pelo vereador Emilson Medeiros. A comenda destacava o meu trabalho como jornalista e significou para mim uma reparação à perseguição política que sofri no passado. Por coincidência, recebi esse título no dia em que lancei meu livro “...e lá fora se falava em liberdade”.

O segundo livro foi “Clambom: um clube em defesa da boa música”, em 2008. Além de ter tido uma boa repercussão, considerando que vendemos mais de 100 exemplares no lançamento, contar a história do Clambom era um projeto antigo, que eu compartilhei com o meu companheiro de diretoria do clube na época, Pedro Cavalcanti.

Outra demonstração de reconhecimento público ao meu trabalho me foi feita em 2007, quando a Fundação José Augusto, através do seu presidente François Silvestre, me homenageou, dando ao largo situado no terreno do prédio dessa fundação o nome de “Largo Jornalista Ubirajara Macedo”.

Bem antes disso, em 1983, o Sindpetro (Sindicato dos Petroleiros do Rio Grande do Norte) me condecorou com a Medalha Euzébio Rocha, ao mesmo tempo em que uma reportagem de minha autoria, intitulada “Petrobras, última barreira de uma soberania ameaçada”, arrebatava o primeiro lugar num concurso estadual promovido por aquele sindicato. Lembro que o deputado Euzébio Rocha foi um dos parlamentares que mais lutou para que o sonho da criação da Petrobrás virasse realidade.

Em 1993, ganhei o prêmio Oswaldo Fortes do Rego, criado pelo sindicato dos Trabalhadores em Telecomunicações, presidido, à época, por Gileno Augusto Menezes Cabral Fagundes.

Em dezembro de 2007, o Centro de Direitos Humanos e Memória Popular – CDHMP, e a Rede Estadual de Direitos Humanos-RN me concederam o “Prêmio Estadual de Direitos Humanos Emmanuel Bezerra dos Santos”, por minha “reconhecida atuação na defesa e promoção dos Direitos Humanos, na luta pelas liberdades democráticas e pelo direito intransigente à vida”. A comenda traz a assinatura do presidente do CDHMP, Roberto Monte.

Em reconhecimento ao trabalho que fiz no Clambom, recebi muitas homenagens desse clube. Dentre elas, cito especialmente a inauguração de um painel, denominado “Painel Ubirajara Macedo” contendo as fotografias dos ex-presidentes do Clambom.

Outra homenagem muito honrosa que recebi foi dada pela Fundação José Augusto, com a criação, em 2008, do “Prêmio Cultural para a Terceira Idade Ubirajara Macedo”. E, pasmem, virei nome de crepe, uma homenagem dos amigos proprietários do “Crepe do Sobradinho”, especializado em crepes, localizado na Rua Mipibu, esquina com a Avenida Afonso Pena. Seus nomes são Namir Strejevitch e Isabela Cabral Bezerra.

O curioso desse restaurante, é que todos os crepes homenageiam celebridades nacionais e potiguares, dentre estes, Câmara Cascudo, Zila Mamede, Auta de Souza e Valério Mesquita. Confesso, porém, que estou em débito com o crepe que leva meu nome porque é feito à base de camarão e, por enquanto, estou de dieta de crustáceo.

Estou liberado, contudo, para comer massas em geral. Assim, sempre que vou lá não deixo de pedir um “Elis Regina”, ou um “Adriana Calcanhoto”, duas celebridades da nossa música que estão, por sinal, entre as minhas favoritas.

Mas a maior homenagem que eu poderia pretender foi encontrar, no meio do caminho da minha vida, a companheira de todos os dias, aquela que sonha comigo os grandes e pequenos projetos da vida, cúmplice de tudo de bom que a vida nos tem dado. Seu nome é Maria de Lourdes Pereira de Macedo, a minha Lourdinha.

Pertenço a algumas instituições, dentre as quais destaco a Associação Norte-Rio-Grandense de Anistiados, que tem como presidente o sindicalista e escritor Mer Medeiros, presidente da Associação Norte-Rio-Grandense de Anistiados, do qual faço parte.

14. Quando me sinto poeta

Ocasionalmente, sou poeta. A rigor pertencço à categoria dos poetas bissextos – poetas que escrevem um verso, um poema, a pretexto de algo diante do qual nada conseguem dizer em prosa, por não achá-la à altura do que precisam dizer. Nessas ocasiões, o único recurso à mão é a poesia. E nos rendemos a ela. Por isso, só de quando em vez recorremos à poesia. E o fazemos na certeza de que ela nos atenderá.

Foi assim que escrevi alguns poemas, motivados por um acontecimento, uma emoção incomum, um deslumbramento que eu não sabia traduzir com as palavras triviais do dia-a-dia.

Transcrevo agora alguns desses poucos exemplares em forma de versos para que eles, embora de voos modestos, não se extraviem na efemeridade dos diários e dos jornais.

O primeiro poema nasceu do amor que sinto por minha companheira Lourdes Pereira, desde o instante em que a conheci. Tento traduzir nos seus versos a gama de sentimentos amorosos que ela me inspira num crescendo de afetividades. O poema, embora tenha sido escrito por ocasião do seu aniversário em 2001, traduz sentimentos duradouros e inamovíveis que alimentam nosso amor para com o outro.

Mas um único poema não bastaria para dizer todo o sentimento que me une a minha amada Lourdinha. Por ocasião de outro aniversário dela, escrevi-lhe um segundo poema que, de certo modo, complementa o primeiro.

Escrevi o terceiro poema em homenagem a Maria do Céu, minha cunhada, no dia em que o Criador a chamou para si. Tentei expressar com ele toda a emoção que sua perda inconsolável representou para mim, que a conheci com desmedida admiração, fazendo-me porta-voz também dos seus filhos, que a amavam com incontrastável amor filial.

Prosseguindo em minha carreira efêmera de poeta bissexto, reúno neste capítulo um poema que escrevi para a cidade de Natal e que fez parte da série “Crônicas de Natal”, do Diário de Natal. Posteriormente, o poema recebeu música do compositor Sidney Palmeira.

O último poema desta breve antologia de minhas poesias é dedicado a Raquel, uma jornalista paranaense que nos abrilhantou com sua presença na nossa cidade, com sua jovialidade, simpatia e olhar penetrante.

AVE DO CÉU

Ubirajara Macedo

*Maria, que também é do Céu!
Aqui, a homenagem de quem
Sempre te admirou.
Disseste, um dia, que eras
Mais mãe do que tudo.
Mais mãe do que política,
Mais mãe do que escritora, poeta
Ou qualquer coisa intelectual,
Porque ser mãe representava
Toda a razão de tua vida.
E não mentiste e nem deixaste
De cumprir o teu desejo.
Estão aí Nina e Paulo como
Testemunhas de tudo
E já se foram Magnus e Armando,
Também filhos diletos que
Estão te recebendo no
Sagrado Reino de Deus,
Onde esperavam para
Saudar a grande mãe!
E é no teu dia que saúdo
A mãe que sempre
Desejastes ser, no sofrimento
Ou na alegria.
A mãe que sempre honrou os filhos
Como também o marido Aristófanes.
Por tudo isso, és Ave do Céu
Que também é Maria.*

Natal, 20.04.2001.

LOURDINHA
(A Paz Não Dorme)

Ubirajara Macedo

*Paz de criança dormindo é pouco.
Eu quero paz para você acordada,
E muito bem acordada.
A paz para nós dois,
A paz para os netos e
A paz para os filhos e amigos,
Uma vez que esta data é de todos eles,
De todos nós, e, lógico,
Principalmente de você.
Gostaria que Dolores Duran,
A grande letrista de nossa música popular,
Estivesse presente nesta hora:
À paz de nosso amor, à paz dos netos e filhos,
À paz dos amigos, também, que são inúmeros.
Por tudo isso, receba de quem lhe quer muito,
O abraço de uma paz eterna,
Pois eterno é o nosso bem-querer.
Seu, sempre seu,*

Ubirajara Macedo.

Natal, 14.12.2001.

AH... SE EU FOSSE POETA...

Ubirajara Macedo

Para Lourdinha Pereira, no seu aniversário.

*Sim! Como é necessária a poesia
Para momentos como este.
Minha amada! Se eu fosse poeta
Diria nesta hora, ternamente,
Que sinto dentro da poesia maior de
Nossas vidas o amor.
Não sou poeta. Falo sem palavras líricas,
Mas te direi simplesmente
Com a sinceridade dos que de fato amam.
Esta saudação serve também para afirmar-te
Que ela não comemora o teu aniversário.
Aniversário comemora-se todos os dias.
Aniversário lembra existência.
A existência comemoro todos os dias.
E o farei sempre.
Por toda a minha vida, estarás sempre em mim.
AH! SE EU FOSSE POETA!...*

MINHA CIDADE AMADA

Ubirajara Macedo

*Se eu fosse um poeta cantaria melhor
Essa cidade-poema, essa cidade-vida.
Poeta não sou, mas mesmo assim eu direi a ti,
Natal, meu canto de amor.
Minha paixão por ti
Vai além do que imaginas, Natal!
No canto das águas do Potengi amado,
Nas velas dos pequenos pescueiros
Que adormecem nos parrachos.
Nas mulheres de “vida fácil”
Da velha Ribeira amada.
Tudo isso é Natal, minha amiga, meu amor.
Natal rebelde, que nunca morreste de amores
Pelos que nada fizeram por ti!
Natal que glorificou e foi glorificada por
Djalma Maranhão!
Natal que aprendeu a ler mesmo de “pé no chão”
E que cumpre o seu destino
Com a firmeza de cidade heróica!
Natal: 400 anos de lutas, somando mais vitórias
Que derrotas.
Receba, neste momento, Natal,
O amplexo de um macaibense que sempre te
Adorou.*

UNS CERTOS OLHOS...

Ubirajara Macedo

*Olhos bíblicos
Que vibram, sorriem e
Falam da mulher-menina*

*Olhos que não sentem
Emoções fortes por que
São olhos puros de menina*

*Olhos de mulher amada
Olhos que não fingem
Olhos que não mentem*

*Olhos que se fixam no bem
E quem os conhece sente
A grande alma de Raquel*

.....

15. Viagem inolvidável

Entre outras contradições da minha vida com Doralice, que foi a minha primeira mulher, vivi a de sentir forte atração pelas viagens e não realizá-las. Essa situação só se resolveu quando passei a viver com Lourdinha.

De fato, com Lourdinha qualquer problema parece que diminui de tamanho. As alegrias, em compensação, parecem duplicar! Entre alegrias modestas do cotidiano, e outras mais vibrantes, na companhia dos filhos e netos, mas também dos amigos, distingo as grandes alegrias das viagens, onde nunca me faltou a presença animadora de Lourdinha.

Com Lourdinha fiz viagens maravilhosas que, sem a companhia dela, não teriam assumido a dimensão extraordinária que a memória insiste em destacar, passados tantos anos. Eu poderia enumerar dezenas de viagens que fizemos a praias e serras de todo o Brasil, a cidades e pontos turísticos dos nossos vizinhos hispânicos, ou a vôos mais altos, como quando fomos à Europa e a outros continentes longínquos. Vou lembrar só a viagem em que fomos, na companhia de um grupo alegre e motivado, de uma só vez, à Europa Central, conhecendo Paris, Madri, Lisboa e Roma, e dali fomos até a Turquia – tanto em sua parte ocidental, como na oriental. Mas, apesar da variedade e da beleza da paisagem, que se renova a cada região, o que mais me impressionou foi o culto ao herói nacional Ataturque, criador da nação turca como a conhecemos hoje. O museu de Istambul dedicado a ele é impressionante pela riqueza e variedade de informações. Ainda passamos um dia e uma noite em Ancara, a capital política do país, e logo cedo viajamos para uma região muito bonita chamada Capadócia. Ali vimos coisas interessantíssimas, como, por exemplo, pedras com formatos de frades, camelos, árvores, tudo feito pela mão da natureza.

Encerrada a visita à Turquia, no dia seguinte tomamos um avião que nos levou ao mítico Egito, onde nosso grupo visitou o Vale dos Reis, os sarcófagos dos antigos faraós em Lúxor, a Esfinge de Gizé e o sinuoso Nilo, pai do Egito, conforme o historiador grego Heródoto. Na verdade, foram muitas as coisas que me chamaram a atenção no Egito: as mulheres muçulmanas cobertas dos pés à cabeça, as orações que os muçulmanos faziam sempre olhando na direção de Meca, o burburinho dos mercados populares, verdadeiros “mercados persas!”, as multidões que se acotovelavam nas ruas estreitas e esburacadas do Centro do Cairo, com seu trânsito caótico, sem semáforos, sem faixas de pedestre, sem definição de mão e contramão... E as mesquitas, belíssimas por fora e reverentes por dentro, graças ao fervor religioso que caracteriza o Islã.

Finalmente, fomos até a Grécia continental e, depois, à Grécia insular. Na Grécia continental, conhecemos Atenas, com seus templos dedicados a deuses que se foram, mas que continuam belos e ainda nos fazem sonhar, como vi no Templo de Hefesto e na Acrópole. Depois, embarcamos num navio e fizemos um cruzeiro marítimo pelas ilhas gregas. Visitamos Creta, Santorim, Rodes, Naxos, Míkonos, todas lindas, com seus mitos próprios, suas belezas únicas, suas paisagens maravilhosas cercadas por aquele azul incomparável do Mar Egeu. Em Creta, lembro que ri jovialmente quando um guia nos mostrou o labirinto onde Perseu matou o minotauro... Mostrou também escombros do Palácio do Rei Minos, outro rei mitológico. Mas existe coisa mais maravilhosa do que os mitos gregos?

Encerramos a viagem voltando à Europa Ocidental, onde visitamos as ilhas Baleares, no Mar Mediterrâneo. Fiquei deslumbrado com a beleza da Palma de Maiorca, capital do arquipélago e um dos grandes centros turísticos da Europa.

Esta permanece a viagem da minha vida, embora, antes e depois, eu tenha viajado e conhecido meio mundo e continue fazendo planos para viajar.

Quero ressaltar, porém, que a atração que a viagem exerce sobre mim é menos do turismo paisagístico do que o cultural. Aproveito as viagens para conhecer outros costumes, outros valores e estilos de vida. Naturalmente que isso passa pelas paisagens, mas não começa nem se esgota nelas. Por isso, às vezes me sinto frustrado quando um guia insiste em nos mostrar lugares, monumentos, curiosidades arquitetônicas, quando poderia nos levar a lugares onde a gente pudesse encontrar as pessoas nas suas ocupações diárias. É nessas ocasiões que elas se revelam como são de verdade. Outra opção é visitar seus museus, suas galerias de arte, seus teatros e livrarias, marcadas por um burburinho permanente. Parece que é aí que as pessoas realmente se encontram e comemoram a alegria de viver. Por isso, lamento não ter me demorado mais do que algumas horas em museus como o Louvre, em Paris, o Prado, em Madri, ou o Ermitage, em São Petersburgo, para ficar só nesses três exemplos. Tenho planos de voltar a Paris para dedicar alguns dias ao Louvre. Tenho certeza de que sairei muito mais rico culturalmente do que entrarei. Vou aproveitar para voltar a Berlim, a Florença, a Lisboa e visitar calmamente suas instituições culturais. Com a mesma finalidade: adquirir mais conhecimentos sobre cada um dos povos da União Europeia, porque cada um deles constitui uma cultura à parte.

Paralelamente a isso, quero me demorar em seus cafés e restaurantes, cinemas e teatros, praças e pontos turísticos a fim de ver como o europeu de cada uma dessas cidades se porta no dia-a-dia, como caminha, como encara um estrangeiro, como lê um jornal etc.

Resumindo, para mim é esta a essência do verdadeiro turismo: enriquecer-nos espiritualmente com a vivência do outro, com sua contribuição própria, sua arte, sua imaginação, que fazem do mundo uma aldeia global inesgotável.

16. Na ilha de Fidel

Não é preciso ser comunista para se reconhecer o valor de Cuba. Basta ter um pouco de sensibilidade, aliar a isso um tanto de informação e um outro tanto de utopia. Com essa receita, podemos chegar a Cuba com a certeza de que iremos admirar com uma justa medida todo o magnífico trabalho de idealismo e praticidade que o povo cubano realizou desde a ascensão de Fidel Castro – ou desde o fim do governo de faz-de-conta de Fulgêncio Baptista.

Fiz minha viagem a La Habana em 1990. Ficamos num hotel, de cujo nome não me recordo, mas que sei que fora construído por empresários americanos para usufruto dos turistas ianques. E também canadenses, europeus... Os turistas latino-americanos estavam naturalmente excluídos. Reside justamente aí um dos grandes feitos da revolução: ter devolvido aos cubanos a sua dignidade, reconhecendo-lhes seus direitos, dentre estes, o de desfrutar dos seus bens estético-patrimoniais.

A primeira coisa que notei, antes do desembarque no aeroporto José Martí, em Havana, foi o brilho intenso das águas caribenhas entremeadas de ilhas, ilhotas, e outros pequenos acidentes insulares espalhados em meio à vastidão do mar e que, à medida que se aproximava a aterrissagem, ganhavam contornos mais nítidos que acentuavam sua beleza, marcada pela plasticidade dos seus entornos.

Como das vezes anteriores, Lourdinha me acompanhava numa excursão constituída de pessoas com as quais tínhamos variados graus de amizade, o que acrescentava ao prazer de conhecer novos lugares e pessoas, o calor e o conforto da amizade. Ficamos todos no mesmo hotel, mas a partir daí, pequenos subgrupos do nosso grupo maior faziam seu próprio programa, de acordo com o grau de interesse de cada um. À noite, costumávamos fazer programas coletivos, indo a um determinado teatro, boate ou restaurante previamente acertado com a organização do *tour*. Afora eu e Lourdinha, outros aficionados da boa música integraram esse passeio a Cuba, por isso, íamos com frequência a espetáculos musicais, ponto em que a ilha caribenha é especialmente forte. Não vimos um Silvio Rodriguez nem um Pablo Milanés ao vivo, mas pudemos assistir a shows de nomes importantes da velha guarda cubana, como Omara Portuondo, Efraim Ferrer e Compay Segundo. Mas, independentemente de ter ou não um grande nome em cartaz, nessa ou naquela casa de espetáculos, sempre valia a pena assistir, porque o povo cubano é extremamente musical. Nesse ponto, eles se parecem muito com nós brasileiros, e estão sempre dispostos a “fazer um som” de improviso, nem que seja ao compasso de uma caixinha de fósforos... Recordo que um dos shows musicais que assistimos em Havana me levou a compará-lo com espetáculos semelhantes que eu havia assistido não fazia muito tempo no Moulin Rouge, em Paris. E a conclusão a que cheguei foi que o espetáculo que vi em Havana nada ficava a dever ao dos parisienses.

A praia de Varadero, na província de Matanzas, onde ficava nosso hotel, é um lugar especialmente privilegiado de Cuba. Sendo uma tradicional estação de veraneio desde os tempos de Baptista, dispõe de uma variedade de hotéis voltados especialmente para o turismo, o que confere a eles um padrão de qualidade próximo às exigências europeias e americanas. Devido aos laços históricos que nos unem aos cubanos, os turistas brasileiros são recebidos com muito carinho em Cuba, seja num hotel três estrelas, seja num restaurante, numa fábrica artesanal, num café ou em outra parte.

Mas o que mais concorre para elevar a imagem de Cuba no exterior é a qualidade de sua educação e de sua saúde. Pudemos conferir ao vivo por que a educação cubana tem tão larga repercussão. Visitamos uma escola primária meio por acaso, quando voltávamos de um passeio à baía de Cienfuegos, de volta a Havana. Nosso guia precisou se ausentar por cerca de duas horas e eu e Lourdinha e mais um pequeno grupo deparamos com o que nos pareceu a fachada de uma escola. Nos identificamos como turistas brasileiros e pedimos permissão para visitá-la. Um professor veio nos receber e nos conduziu ao interior do estabelecimento, onde, naquele momento, outro professor ministrava aula de espanhol para crianças de entre oito e dez anos.

Ao notar a nossa presença, ele interrompeu a aula para nos convidar a assisti-la. Como éramos quatro, nos acomodamos sem dificuldade em cadeiras que foram providenciadas para nós e, embora com alguns equívocos de sentido, nos comunicamos “passavelmente”. Lourdinha pediu então para ver a lição que as crianças estudavam naquele momento e pediu a uma delas, uma garotinha de tez escura e olhos muito amendoados, que lesse o poema “Dos Patrias”, de José Martí, que exalta o amor do poeta a Cuba e à noite, as duas pátrias de que fala o poema.

A garota não se fez de rogada. Levantou-se da sua carteira escolar e leu o poema vagarosamente, sem demonstrar insegurança. Lourdinha a parabenizou pela ótima leitura e, após agradecermos ao professor, fizemos menção de nos retirar. Mas foi o próprio professor que se dirigiu ao nosso grupo e nos fez uma breve exposição sobre as dificuldades que vivenciava na escola. Eram dificuldades de ordem material, frisou, mas que não comprometiam a qualidade do ensino porque a dedicação dos alunos as compensava com sobra. Percebi o quanto lhe custava fazer aquela confissão para quatro estranhos que pouco ou quase nada sabiam sobre os problemas de que ele falava. Mas era como se ele precisasse desabafar com alguém seus problemas. Falou também das limitações salariais que enfrentava no seu trabalho, mas nos garantiu que não trocaria a sua cátedra por nada que significasse mudar a forma de ser de Cuba. Notamos que a confissão lhe custou um grande esforço e lágrimas rolaram de sua face.

Em outra ocasião, visitamos uma fábrica de charutos nos arredores de Havana. Eram centenas de trabalhadores, no geral, jovens e de ambos os sexos, que enrolavam manualmente o tabaco até conferir-lhe a forma do charuto. Nenhum operário interrompeu seu trabalho, mas saímos de lá abarrotados de charutos de diversas marcas, que compramos a preço convidativo.

Em outra ocasião, fomos a um hospital de médio porte. Não vimos pacientes pelos corredores, como é tão comum nos hospitais públicos brasileiros. Outro detalhe que me chamou a atenção foi a limpeza impecável dos corredores e ambulatórios. Notei também que havia médicos em grande número e junto aos guichês de atendimento os pacientes pareciam tranquilos.

Em resumo, vi uma Cuba vibrante, esbanjando energia e entusiasmo, cheia de vitalidade e de projetos, mas sem descuidar da vida presente. Com os avanços que já conseguiu em áreas essenciais como saúde, educação, lazer e cultura, acho que o povo cubano está preparado para os desafios gerados com o afastamento de Fidel Castro. A vibração das ruas dá a entender que corre sob o chão da ilha uma energia que anima a alma cubana e a renova a cada novo dia.

17. Evocação de Conservatória

Minhas afinidades musicais me fizeram desenvolver desde cedo uma sensibilidade especial para tudo que dissesse respeito à música, sobretudo quando ela responde pela sigla de MPB – música popular brasileira. As letras poéticas e inteligentes de uma Dolores Duran, de um Vinicius de Moraes ou de um Chico Buarque, sempre fazem vibrar dentro de mim uma nota especialmente harmônica.

Nada do que diz respeito à música me é estranho. Por isso, um dia eu teria que descobrir a vila de Conservatória, num ponto em que o estado do Rio de Janeiro faz divisa com Minas Gerais. Na época em que visitei essa vila pela primeira, em 2001, ali viviam pouco mais de quatro mil habitantes que tinham, em comum, o fato de serem todos musicais em alto grau. É uma musicalidade que se expressa nos nomes das ruas da cidade, sempre homenageando um compositor ou uma canção.

Até os estabelecimentos comerciais mais comuns em qualquer cidade, como uma padaria ou uma farmácia, ganham nomes musicais em Conservatória. Assim, ao invés, por exemplo, de nomear uma farmácia com nome de santa ou de santo, lá o seu proprietário prefere atribuir-lhe o nome de uma canção. Farmácia Caminhemos, por exemplo, ou Restaurante Dó-ré-mi, Padaria Lua Branca...

Não admira, então, que o principal lazer dos conservatorianos seja ouvir música. Isso eu pude constatar nas duas vezes em que visitei sua vila. É comum se verem, à noite, seresteiros passeando pelas ruas da cidade cantando canções de Caymmi, de Cartola, Lupicínio, Chico, Tom e outros criadores da canção brasileira.

À medida que a seresta avança cidade adentro, as pessoas vão se juntando ao grupo de músicos e cantores, cantando com eles. Embora os gêneros musicais variem, as pessoas sempre conhecem as letras das canções.

Essa hiper musicalidade dos conservatorianos já pode ser conferida também no Museu da Seresta, localizado no Centro. A iniciativa foi do advogado carioca José Borges, já falecido, cujo irmão, Joubert, vem dando continuidade ao seu trabalho, passando seus fins de semana em Conservatória, razão por que é um dos responsáveis pela tradição musical de Conservatória. A obra de José Borges também lhe valeu o reconhecimento público, como se pode depreender da estátua dele que foi mandada erigir na praça principal da cidade.

No Museu da Seresta, em vez de objetos antigos ou históricos, o que o visitante vai ter é o prazer de ouvir canções de diversas épocas, estilos e regiões do país. O visitante pode ainda pesquisar nos seus arquivos estilos, gêneros e compositores brasileiros de todas as épocas.

Além da música, duas coisas chamam a atenção em Conservatória: é uma cidade tranquila e sem desempregados. Será que a música não tem algo a ver com essa situação tão atípica na realidade social do Brasil? Resta investigar...

18. Vida e morte de dona Joaquina

Enquanto eu escrevia o livro “...e lá fora se falava em liberdade”, cheguei a elaborar mentalmente um projeto de ficção que nunca executei. Eu já tinha a personagem, cuja data de “nascimento” estava bem fresca em minha mente. Era uma certa dona Joaquina, nascida numa excursão que fiz à Europa com Lourdinha, Paulo Frassinetti e sua Eliane das Virgens, Paulo Lucas e sua Maria do Socorro Sena, e outras pessoas do nosso ciclo de amizade.

A certa altura do passeio, quando fazíamos o roteiro das ilhas gregas a bordo de um navio, Paulinho Frassinetti, descendo uma escada do deck me interpelou: “Bira, como vão as coisas?”. Respondi de imediato: “Olha, Paulinho, como dona Joaquina sempre diz, as coisas estão indo em ordem”.

Curioso, ele quis saber quem era essa dona Joaquina de quem eu falava. E aí fui inventando a personagem ali mesmo, juntando traços de pessoas conhecidas, acrescentando traços físicos e psicológicos. Perspicaz, Paulinho percebeu o jogo e começou a dar sua contribuição para a definição da criatura que, agora, ganhava dois “pais”.

Combinamos então em popularizar nossa personagem, mas mantendo um quê de segredo em torno dela, a fim de despertar a curiosidade das pessoas. E assim aconteceu. Dali a meses, dona Joaquina estava superpopular entre nossos amigos e conhecidos e todo o mundo começou a indagar quem ela era e a imaginar mil coisas a seu respeito. Para afastar suspeitas domésticas, tratei de explicar tudo a Lourdinha, que riu bastante com a nossa astúcia.

Quando eu e Lourdinha e alguns amigos viajamos a Florianópolis, fomos visitar a Praia de Joaquina. Era impossível que ninguém se lembrasse de perguntar pela “minha” Joaquina. Ali mesmo desembuchei: “Dona Joaquim terminou seus dias aqui, por isso a praia tem o seu nome, em retribuição à admiração que as pessoas tinham por ela, uma pessoa boníssima, segundo a opinião geral dos praianos”.

Aproveitando o embalo da fantasia, prossegui: “Outros dados de sua biografia informam que ela nasceu em Macaíba, mudando-se depois para Natal, onde foi amicíssima de Maria de Barros, a popular Maria Boa do bordel do mesmo nome. Dona Joaquina teve amantes dos mais diversos extratos sociais, inclusive gente da política e do comércio”. Em seguida, acrescentei que um dia, quando se esbaldava no bordel de Maria Boa, ela conheceu o capitão de um navio mercante que se apaixonou loucamente por ela, levando-a para a Europa e cumulando-a de joias e uma farta conta bancária. Mas um dia, ela cansou dessa relação, e resolveu voltar para o Brasil, escolhendo o litoral de Santa Catarina para morar.

Depois de uma pequena pausa, prossegui: “Paira um grande mistério acerca das razões que levaram dona Joaquina a deixar a vida de luxo e prazeres que levava na Europa, para se refugiar solitária num pequeno chalé que mandou construir especialmente para ela própria na praia que hoje leva o seu nome. Há versões que apostam que o objetivo do seu recolhimento seria passageiro. Acabaria logo que concluísse a escritura de suas memórias. Mas o certo é que ela nunca mais voltou a Natal. Por que razões, ninguém até hoje descobriu”.

Lembro que alguém do grupo perguntou se eu não teria uma versão pessoal para o grande mistério que cerca os últimos dias de Joaquina. Respondi que sim, mas que por enquanto preferia não contar. Talvez contasse num livro que estou escrevendo mentalmente, mas que em breve colocarei no papel.

Imaginar uma vida para dona Joaquina se tornou um passatempo interessante e agradável para mim. Acho que é assim que os escritores de ficção fazem: vão imaginando aos poucos a personagem, até vê-la completa e complexa, com traços bem distintos. Nesse ponto, quase cheguei a ser um escritor de ficção.

19. A fé que professo

Num dos capítulos destas memórias enfatizei minha relação com a religião católica, motivo pelo qual não aderi à ideologia comunista, assumidamente atea. A ironia disso é que, embora católico, fui considerado “subversivo” por defender ideias libertárias e nacionalistas. Longe de mim, porém, me arrependei minimamente por pensamentos, palavras ou obras que tenham atraído sobre mim a virulência da repressão. Quem tem motivos para arrependimento são eles, os detentores de um poder momentâneo e que não souberam usar em favor do povo brasileiro.

A fé católica se confunde com a história de minha família em muitos momentos. Minha mãe tinha um parentesco próximo (sobrinha) com Dom Joaquim Antônio de Almeida, de Goianinha, e primeiro bispo de Natal. Ele foi ordenado num seminário da Paraíba e foi o primeiro bispo de Oeiras, à época capital do Piauí, dois anos da criação da diocese de Natal, da qual foi também bispo, posteriormente. Tenho uma tia freira, madre Macedo, que foi professora de artes plásticas no Colégio da Conceição. Antes de vir residir em Natal, ela serviu em colégios da Ordem Dorotéia em Manaus e Belém. Eu a conheci em minha infância macaibense.

Meu primo José Melquíades de Macedo, que veio a ser meu cunhado após casar-se com minha irmã Gizelda, era uma figura moldada pelos valores cristãos. Foi seminarista e, embora não tenha se ordenado, preservou os conhecimentos que obteve de latim e inglês no seminário, o que lhe abriu as portas da universidade, anos mais tarde.

Meu pai tinha uma formação católica profunda e, embora adquirisse mais tarde valores liberais, fruto das mudanças operadas na política do seu tempo, achava que em matéria de religião, só a Igreja Católica estava certa, por ser a palavra de Deus. Em vista disso, ai de quem ousasse questionar as decisões emanadas da Santa Sé! Nas poucas tentativas que fiz de questionar um conceito, uma ideia ligada à Igreja, fui severamente repreendido por ele.

Os dias de domingo na minha infância começavam invariavelmente com a ida à missa. Era meu pai quem se encarregava de nos despertar, mal rompesse o dia. – Olha a missa, tá na hora da missa! Então tínhamos que nos levantar mais que depressa e nos aprontar para não nos atrasarmos. Minha mãe também era católica, mas sua religiosidade era mais tranquila, e também menos rígida. Por isso, ela não tinha a noção de disciplina que meu pai imprimia à sua relação com a religião.

Com o tempo, fui me imbuindo sem perceber dos valores católicos. E não me arrependo dessa opção. Me lembro de Humberto de Campos, que dizia que a única falha da vida dele tinha sido não ter tido uma religião. Concordo, acho que uma pessoa sem religião se torna uma pessoa sem rumo. É importante e necessário ter uma fé, não precisa ser a católica. Pode ser a protestante, a muçulmana, ou outra, porque toda religião transmite valores espirituais ao homem, relativizando a busca pelo sucesso financeiro que costuma desencaminhar muita gente bem-intencionada... A religião ensina que a vida não é só o lado material das coisas que a gente vê no dia-a-dia. Ensina que há outras coisas a que podemos aspirar na vida, crescer moralmente, buscar a justiça e combater as manifestações de injustiça que acontecem no nosso meio, sem precisar ser um Dom Quixote de La Mancha perseguindo moinhos de vento.

Visto isso, quero deixar claro que não me deixei fanatizar pela fé, assim, não perdi a visão crítica que desabrochou em mim na tenra infância, quando eu tinha vontade de

questionar com meu pai uma ou outra coisa narrada na Bíblia com a qual eu não concordava inteiramente, mas desistia em vista da reação contestatória que isso causava nele.

Reconheço que hoje sou um crítico dos erros que a Igreja cometeu ao longo da história, como a Inquisição, as Cruzadas, o colonialismo, as alianças com os poderosos, as perseguições aos judeus e aos muçulmanos etc. Mas nada disso abalou minha fé, porque sei que a Igreja é constituída de homens, e estes são falíveis, mas a palavra de Deus, esta não muda e é sempre verdadeira. Com o tempo, aprendi também a admirar alguns nomes da igreja, como o papa João XXIII, tanto pela ação social e humanística, quanto pela sua conduta diplomática em favor da fé, a facilidade com que se comunicava com o povo, como o papa Paulo II, outro grande comunicador. Admiro também exemplos de fé como o do padre João Maria, que a tradição popular consagrou como exemplo de fé. Não poderia deixar de mencionar exemplos vigorosos de fé católica, dados por um Moacyr de Góes, por um Manoel Rodrigues de Melo, por um Ulisses de Góis, meus contemporâneos.

Coerente com minha fé, ainda hoje frequente, juntamente com minha Lourdinha, a missa celebrada aos domingos pela manhã na Igreja São Judas Tadeu, aqui no bairro de Petrópolis, por monsenhor Assis, pároco com quem temos laços de amizade, afora os religiosos. Nesse ponto, eu e Lourdinha também combinamos, porque ela é tão católica quanto eu. Acho até que mais.

É com tristeza que vejo que a religião católica está em declínio, frente ao avanço dos protestantes, em suas diversas denominações. Não há apenas uma razão para isso. As causas são várias. Uma delas é o celibato dos padres. A outra é decorrente direta dessa última, fruto do mau exemplo dado pelos padres em suas vidas privadas. Bebem, arranjam mulheres, filhos... Você já viu coisa mais triste do que um filho de padre, que não pode sequer portar o nome do pai porque a Igreja não admite ter em seu seio um padre com filhos? A pedofilia é outro flagelo que concorre para rebaixar a imagem da Igreja no mundo. Em toda a parte, a gente só ouve notícia de que a Igreja foi condenada a pagar indenizações por danos morais e físicos, causados a menores por padres e bispos. Como a sociedade pode confiar numa instituição capaz de fazer mal aos seus filhos menores? Fica difícil. E tudo isso ocorre em grande parte por causa do celibato. Espero que esse novo Papa, Bento XVI, tenha coragem de enfrentar esse problema, embora ele tenha fama de conservador. Mas acabar com o celibato seria uma forma de renovar a Igreja e reconhecer a condição humana dos sacerdotes. Espero sinceramente que isso venha a acontecer um dia.

20. “Não falou de flores, mas plantou sementes”

Rosana Varela de Macedo

Papai,

“**É na manhã de cada bonita manhã**” que agradeço a Deus por sua vida e pela saúde que Ele tem lhe concedido; e mais uma vez enalteço este homem que sabe cativar a todos e é respeitado por muitos que sabem ver a grandeza de sua alma, o valor de seu caráter e, acima de tudo, essa inteligência inigualável que tanto inspira quanto sensibiliza os que lhe rodeiam e essencialmente os que acompanharam de perto a trajetória de sua vida, que apesar de ter passado por aflições, as quais nem eu compreendia, levando em consideração sua bondade, sua pacificidade, sua calma, mas você estava buscando o bem comum, lutando por um ideal mais justo e digno que valeu a pena, uma vez que toda sua luta serviu como marco para traçar sua história.

E hoje, não somente eu, mas todos os filhos, netos, bisneto, esposa, parentes e amigos se orgulham do episódio que na verdade foi uma oportunidade que Deus lhe concedeu para que você entrasse nos anais dos que se eternizam pelos seus feitos e pela coragem de contestar e protestar contra as injustiças vividas numa época em que falar a verdade implicava até mesmo em sentença de morte como muitos partiram “num rabo de foguete” (como diz a música “O Bêbado e o Equilibrista”), lutando pela mesma casa. Mas foi essa verdade que ninguém viu. **E para não dizer que você não falou das flores**, mas plantou a semente delas, hoje, creio que muitas estão germinando, pois saiba, papai, que nada é em vão e certamente, como diz a Bíblia, você tem galardões, se não aqui, neste efêmero lugar, mas tem nos céus.

Receba, portanto, nosso carinho e vamos caminhando e seguindo a canção que um dia você entoou e continua cantando, como hino da liberdade e da igualdade, que tão bem fala Geraldo Vandré, em que me inspirei para escrever-lhe esta simples homenagem, quando ele diz “somos todos iguais, braços dados ou não, a história nas ruas, as flores no chão...”, “E quem sabe faz a hora não espera acontecer”. E você realmente não esperou acontecer. E esta é a grande lição e o magnífico exemplo de um herói que soube vencer os ditames de um regime militar cruel que calou muitas vozes, mas hoje, elas ecoam como um grito de **VITÓRIA dos que lá fora falavam em liberdade**.

PARABÉNS E QUE DEUS CONTINUE ABENÇOANDO A VOCÊ E LOURDINHA COM SAÚDE, PAZ E LONGEVIDADE.

Um beijo carinhoso de sua filha e admiradora.

(Escrito para o aniversário de 85 de anos de Ubirajara Macedo, no dia 1º de março de 2005).

21. A minha família

Tudo na nossa vida passa, menos a família. Quando volto os olhos para trás, vejo que a minha família sempre esteve ali, às vezes silenciosa, quase ausente da minha vida, mas sempre ao meu alcance. Como a dizer que não queria incomodar; que me via tão absorto em meus afazeres, que podia perceber que eu não necessitava dela naquele momento. Isso podia até durar, e teve vezes que durou. Como quando eu me engajei nas forças armadas, na minha primeira mocidade; ou quando me vi sozinho em São Paulo, cansado de uma vida estéril. Foi aí que me decidi: era hora de voltar para a minha terra, não importando em que condições, porque perto da família tudo se arranjava. E a motivação que existia por trás dessa atitude não era outra senão reatar os laços com a minha família primeira: meus pais e irmãos, de quem eu sentia uma falta que crescia a cada dia que passava. A família me atraía com uma força magnética irresistível, força que suponho que também eu exercia sobre essa mesma força que me arrebatava e desfazia a aura de uma cidade que eu julgava que jamais deixaria...

Os fatos essenciais da minha existência aconteceram entre a família que me antecedeu a aquela que construí. Sobre a primeira, venho escrevendo, aqui e ali, no curso destas memórias compartilhadas. Sobre a família que nasceu de mim, suas origens estão bem delimitadas: meu casamento com Doralice Augusta Varela (que se tornaria Macedo após a cerimônia matrimonial), gerou frutos que vêm se desdobrando em novos frutos. Tivemos três filhos: Júlio Mário, Rosana e Isabela.

A esta altura destas reminiscências, estão todos casados, com filhos e, agora, um bisneto. Ou seja, já sou bisavô! Seu nome é Frederico. É neto de Rosana.

A título de um brevíssimo retrato de cada um, começo por Júlio Mário, que vejo assim como um filho pródigo, desgarrado, pois mora há 30 anos em Foz do Iguaçu, Paraná. Dele, recebi quatro netos. Reconheço que ele herdou muito de mim: certa inquietação aliada ao espírito de aventura e uma têmpera para encarar os desafios da vida sem esmorecimento. Quando eu procuro meu rosto no passado, encontro um retrato que confunde o rosto que eu tive com o rosto que Júlio Mário tem hoje.

Creio que isso acontece devido à distância que nos separa há tantos anos. É evidente que se trata de uma barreira flexível – ora sou eu, ora é ele que a atravessa. Sempre arranjamos um jeito de nos rever e, se tudo correr sob os auspícios da boa fortuna, não tardará para que ele volte para a terra potiguar, aposentado, centrado e maduro para a retomada dos laços com suas raízes. Acho que é essa a época ideal para um homem voltar à sua terra: depois de realizar as coisas importantes que a consciência lhe ditou por indispensáveis, mas que só podem ser realizadas fora, porque a família exerce às vezes uma influência inibidora que pode produzir resultados indesejáveis. Longe dela, porém, a gente pode testar nossa verdadeira natureza, exercitá-la e cultivar o que ela nos oferece de melhor. Acho que, no caso de Júlio Mário, as coisas sucederam assim. Me refiro às questões básicas da vida: amor, trabalho, formação etc. Em cada um desses pontos, ele cresceu. Então, já pode voltar.

Júlio Mário foi fuzileiro naval em Foz do Iguaçu, exerceu a função de diretor de um hotel de base dos fuzileiros, depois, foi convidado a continuar, já agora como funcionário civil. Está de licença por motivos de saúde. Agora aos 56 anos, está fazendo planos para voltar para Natal. É um bom viver, gosta de vez em quando de uma cervejinha, um uísque, festas de um modo geral.

Rosana trilhou caminhos retilíneos que só confirmaram a essência de sua natureza interior: certa tendência para a introspecção, a vida interior, o diálogo consigo mesma.

A escolha que ela fez de cursar Letras, com especialização em inglês, conhecimento que ela pratica na governadoria do Estado, onde trabalha como cerimonialista. Creio que esse curso também se soma ao seu processo de intensa vida interior, que ela enriquece escrevendo coisas que estão, por enquanto, em processo embrionário. Sei que ela gosta de escrever, isso é que é o mais importante. Sei também que isso se reflete positivamente na sua vida real, vida equilibrada, pautada pela prudência e a evitação dos extremos.

Nos últimos anos, Rosana abraçou a fé evangélica. Como tudo que ela escolhe, voltou-se intensamente para essa crença. Apesar de haver diferenças sensíveis entre católicos, como eu, e evangélicos, como ela, nossos diálogos não sofreram qualquer prejuízo com a opção evangélica que ela fez. Sabemos, hoje, que o essencial é o que os une: o amor e o sentimento de família, que compartilhamos juntamente com nossos outros filhos, netos e, agora, um bisneto. A isso se somam, naturalmente, a legião de amigos que vimos formando no curso das nossas vidas, e que ajudam a gente a viver cada vez melhor.

Resumindo, vejo Rosana hoje como uma pessoa bem resolvida: tem dois filhos maravilhosos, Vanessa e Marcos – ambos formados em biologia marinha e já trabalhando nessa área. Rosana tem o seu trabalho e está em paz consigo mesma e com o mundo. Tem dois hobbies: música e leitura.

Minha filha Isabela trabalha também na governadoria do Estado na área administrativa. Tem um único filho, Tiago, formado em Administração de Empresa.

Isabela tem uma natureza mais dinâmica, mais aberta às coisas da vida moderna. Como a internet, por exemplo. Aliás, foi através da internet que ela conheceu João Pereira, com quem vive muito bem.

Ele já veio para Natal aposentado, depois de ter trabalhado por vinte e oito anos na Suíça.

Isabela tem traços que puxou de mim: gosta de boa música e de vida social, ao contrário de Rosana que parece ter puxado mais à mãe: mais reservada. Vejo essas características como muito saudáveis, pois enriquecem o nosso convívio com suas diferenças.

Viveca e Virna são as filhas da minha companheira Lourdinha. Viveca é formada em sociologia e é funcionária da Caixa, coordenadora da carteira de habitação; tem dois filhos, Igor e Natália. Ambos cursam Direito e são muito estudiosos. Considero-os como netos. Quero bem a eles e eles querem bem a mim, como meus netos são em relação a Lourdinha.

Virna é bacharel em Direito e auditora fiscal do trabalho no Ministério do Trabalho e Emprego, Coordenadora do Grupo Especial de Repressão ao Trabalho Escravo (Grupo Móvel). Está sempre viajando para o Norte, onde há muitos casos de trabalho escravo. Tem duas filhas: Lívia, formada em Direito, casada e morando em Marabá, Pará. E Luíza, que faz medicina em Berlim, Alemanha, onde reside há quatro anos.

Sobre Virna, tem um fato recente de que me orgulho especialmente: ela foi agraciada com a medalha da Ordem ao Mérito do Trabalho, no Grau de Oficial, comenda conferida em diploma, através de decreto de 18 de novembro de 2008 do presidente da República Federativa do Brasil, Grão-Mestre da Ordem do Mérito do Trabalho Getúlio Vargas.

A solenidade foi realizada durante comemoração pelos 78 anos de criação do Ministério do Trabalho e Emprego, no dia 26 de novembro de 2008, no auditório do Memorial JK, em Brasília, DF, ocasião em que o ministro do Trabalho e Emprego Carlos Lupi fez a entrega de medalhas a 33 agraciados, personalidades que se

destacaram na área de políticas públicas voltadas para o mundo do trabalho. Essa premiação é concedida como forma de reconhecimento ao trabalho e pela importância do serviço prestado no controle social das políticas públicas de trabalho, emprego e renda em benefício dos brasileiros.

Dei uma educação liberal aos meus filhos respeitando a vontade de cada um, sem impor minha vontade ou preferências. Sigo nas pegadas de meu pai que, embora muito conservador e católico, nunca exigiu que um filho ou filha tivesse os mesmos gostos que ele.

22. Minha rotina

Tive uma vida trabalhista intensa ao longo de mais de 50 anos ininterruptos de trabalho. Nesse ínterim, colhi muitos frutos positivos e alguns poucos aborrecimentos com colegas de redação, mas isso são águas passadas. Sempre fui muito versátil, por isso consegui me adaptar a todos os tipos de trabalho, porque sempre acreditei firmemente que todo trabalho é digno. Mas quando me afastei em definitivo de qualquer atividade remunerativa, em 1987, resolvi investir os longos dias livres que se abriam à minha frente a cada manhã em coisas úteis, agradáveis, se possível culturais, de preferência musicais.

Desde então, venho estudando coisas, como, por exemplo, línguas: estudei francês e espanhol, informática e teatro, memorização e terapia expressiva e fiz um curso de oficina de memória. Todos esses cursos me foram oferecidos pela Universidade Aberta para a Terceira Idade – Unat, segmento da UnP voltado para a terceira idade.

Achei todos os cursos ótimos e creio que me têm sido muito úteis. Gostei particularmente do curso de teatro, da professora Ana Francisca, que repeti no ano seguinte. Gostei também do curso de oratória, que fiz também com ela.

Esses cursos têm me mostrado que pessoas idosas precisam estar se reciclando sempre, recapitulando aquilo que aprenderam na juventude e assimilando novos conhecimentos. Vale observar que os alunos, todos da terceira idade, pagam uma quantia simbólica para fazer esses cursos, o que valoriza mais o papel desses professores, aliás professores universitários que reservam uma parte do seu tempo para se ocupar com pessoas de idade, como nós.

Outra forma de aproveitar meu tempo livre é em festas, como as patrocinadas pelo Clambom, ou ainda visitando amigos e parentes, indo à missa aos domingos, lendo bons livros e sempre ouvindo música.

As viagens têm tido um papel especial no meu lazer. Viajei bastante para o exterior. Na América Latina, do Chile à Patagônia, passando por Montevidéu, para prestar uma homenagem à memória de Djalma Maranhão, embora não tenha encontrado quem me indicasse o local onde ele amargou seu exílio. O espetáculo dos Andes, com seus vulcões, seu gelo eterno, seus lagos imensos, tudo me encantou. Tomei um ônibus em Porto Monte, Argentina, na fronteira com o Chile, e fomos até Bariloche, na Argentina.

Fui ao México num pacote que incluía Nova Orleans, Nova Iorque, Washington, Miami. Visitei as ruínas das pirâmides astecas e maias. Na Cidade do México, me chamou a atenção o museu Zocalo, com um painel imenso de Diogo Rivera que conta a história do país sem fazer uso de palavras. Suas imagens falam por si.

Viajei também bastante Brasil adentro. De avião, de navio, de ônibus...

No leste europeu, visitei a Polônia, a Tchecoslováquia (na época), a Áustria (Viena) e Innsbruck. Fui à Escandinávia. Peguei um navio em Copenhague, na Dinamarca, e fiz um cruzeiro pelo Mar Báltico estirando até a Finlândia e a Letônia e, na volta, passei por São Petersburgo, Rússia, onde visitei o famoso museu Armitage. Impressionei-me com a grandiosidade desse museu, que é, sem favor, um dos maiores e mais importantes do mundo.

23. A título de conclusão

Ao olhar para trás, percebo que vivi muitos papéis na vida, alguns transitórios, como os de comerciário, militar e juiz classista; outros mais estáveis, como o de jornalista e funcionário; e, finalmente, outros permanentes, como o de pai e o de marido. E aqui eu poderia citar também, se a modéstia o permitir, o de militante da causa das liberdades civis, pelo que paguei amargamente, mas sem qualquer arrependimento de minha parte. Assim, creio que falei de todos os papéis que desempenhei da vida, conforme a importância que teve cada um para mim.

Sobre a experiência que tive no posto de juiz classista, através de eleição sindical durante duas oportunidades, sucessivas, tenho a dizer que foi muito gratificante. Adquiri boas amizades, como o Dr. Sílvio Caldas e Dr. Francisco de Assis. Trabalhei na junta de conciliação e julgamento de Goianinha, mas quando atingi os 70 de idade, em 1990, fui desligado da função.

Faltaria abordar mais algum aspecto que me escapou neste “No outono da memória”?

Falei no início deste relato que ele foi motivado por um desejo de minha família, a fim de que eu deixasse um documento familiar no qual eu descrevesse os principais acontecimentos que pontilharam a minha, para que as gerações vindouras possam, através destas memórias, conhecer um pouco não só da minha vida, mas também da das pessoas mais próximas a mim, como minha mulher Lourdinha, meus filhos Júlio, Rosana e Isabela, minhas enteadas Virna e Viveca, meus netos Tiago, Vanessa e Marcos, alguns amigos mais constantes etc.

Creio que atingi esse objetivo, na medida das minhas possibilidades. E essa ressalva é da maior importância porque cada pessoa faz as escolhas que a distinguirão vida afora conforme as suas convicções, mas também conforme suas possibilidades. Ou, como disse o filósofo espanhol Ortega e Gasset: “Eu sou eu e as minhas circunstâncias”. Quando as circunstâncias nos são favoráveis, tudo parece conspirar a nosso favor. E há momentos assim na vida. Dou testemunho de alguns deles, como poderá perceber o leitor mais perspicaz.

Quando as circunstâncias e os ventos sopram em sentido contrário ao dos nossos projetos pessoais os resultados ficam sempre abaixo dos desejados. Também vivi situações dessa espécie.

Tendo, portanto, conhecido um pouco do mel e do amargo da vida (mais do primeiro), fecho estas memórias com um agradecimento a todas as pessoas (especialmente as já nomeadas acima) que contracenaram comigo na minha história ou, ainda, que me admitiram como coadjuvante de suas vidas. Espero de todo o coração não lhes ter constrangido com exigências descabidas, com caprichos inconvenientes, em suma, com atitudes e ações que as forçassem a se desviarem do curso regular de sua existência para me atenderem alguma veleidade.

Do mesmo modo, reitero meu mais profundo agradecimento àqueles amigos que usaram de lealdade comigo, quando a névoa da ilusão me rondava, e que me foram solidários nas longas horas em que me vi privado da liberdade.

Deixo aqui registrado um agradecimento especial ao Dr. Kleber Luz, infectologista, (por indicação do meu amigo Leonardo Barata) que demonstrou todo o interesse profissional pelo meu restabelecimento no período em que padeci de uma grave pneumonia com infecção generalizada. A enfermidade me obrigou a suspender o trabalho deste livro e a guardar absoluto repouso, durante três meses, num hospital da

cidade. Devo à dedicação e aos cuidados do Dr. Kleber o tratamento e as orientações necessárias à minha cura.

Valeu a pena o trabalho de narrar minha história? Deixo ao indulgente leitor essa última indagação, agradecendo-lhe, também, pelo paciente trabalho de me acompanhar nestas memórias.